



**R\$ 27,9 bilhões**  
Ativos Totais

**R\$ 20,0 bilhões**  
Receitas

**R\$ 2,6 bilhões**  
Margem Bruta Operacional

# Em 2020, completamos 125 anos.

Um ano de desafios, grandes conquistas e crescimento. Mais do que nunca, oferecemos **Saúde Integral** para nossos clientes, dando apoio e autonomia para o cuidado da saúde física, emocional e financeira.

**Saiba mais sobre nossos resultados em:**  
[sulamerica.com.br/ri](http://sulamerica.com.br/ri)

dentsumb.

SulAmérica

**125** ANOS



IBOVESPA B3 ITAG B3

IGCT B3 IGCB3 IFNC B3 IBRA B3 IBRX50 B3 IBRX100 B3 ICO2 B3









## 4.5. Fundos de investimentos exclusivos

As demonstrações financeiras dos fundos de investimentos dos quais a Companhia e suas controladas são cotistas exclusivas são consolidadas a partir da data da aquisição do controle e até que este controle seja extinto.

A tabela a seguir relaciona os fundos de investimentos cujas controladas são cotistas exclusivas e que, por isso, integram as demonstrações financeiras consolidadas:

Cotista	Fundos exclusivos	CNPJ Legenda
SULASEG	MULTIGESTORES PREV SUL AMERICA EXCLUSIVO COM RENDA VARIÁVEL FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	23.748.493/0001-48 (a)
SULASEG	JGF SUL AMERICA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	22.759.978/0001-74 (a)
SULASEG	SUL AMERICA PRESTIGE STRATEGIC FICFI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	23.748.517/0001-69 (c)
SULASEG	RF PREV SUL AMERICA EXCLUSIVO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	17.797.527/0001-91 (a)
SULASEG	SUL AMERICA FIX 100 III FICFI RENDA FIXA	19.040.239/0001-13 (a)
SULASEG	SUL AMERICA FIX 100 VII FICFI RENDA FIXA	17.797.527/0001-91 (a)
SULASEG	SUL AMERICA PRESTIGE INFLATE I FICFI RENDA FIXA	17.797.568/0001-88 (a)
SULASEG	SUL AMERICA MIX 30 V FICFI MULTIMERCADO	17.797.444/0001-00 (a)
SULASEG	SUL AMERICA BRASIL PLURAL FDO DE INVEST EM COTAS DE INVEST RENDA FIXA II CRÉDITO PRIVADO	23.502.688/0001-03 (a)
SULASEG	SUL AMERICA BRASIL PLURAL FICFI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	23.502.671/0001-56 (a)
SULASEG	SUL AMERICA MIX 15 III FICFI MULTIMERCADO	17.797.410/0001-08 (a)
SULASEG	SUL AMERICA MIX 15 V FICFI MULTIMERCADO	17.797.418/0001-74 (a)
SULASEG	SUL AMERICA MIX 30 III FICFI MULTIMERCADO	17.797.436/0001-56 (a)
SULASEG	SUL AMERICA MIX 49 IV FICFI MULTIMERCADO	17.797.524/0001-58 (a)
SULASEG	SUL AMERICA MULTICARTERA PREV V FICFI MULTIMERCADO	17.797.565/0001-44 (a)
SULASEG	SUL AMERICA SAP GRUPAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	19.959.552/0001-50 (a)
SULASEG	SUL AMERICA VOO LIVRE PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	20.889.498/0001-00 (a)
SULASEG	SUL AMERICA PRESTIGE TOTAL PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	13.255.292/0001-55 (a)
SULASEG	SUL AMERICA SAGE PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	13.823.011/0001-13 (a)
SULASEG	SUL AMERICA SHELL PREV 49 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	20.789.994/0001-84 (a)
SULASEG	SUL AMERICA LONG TERM PREV EXCLUSIVO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	17.797.400/0001-72 (c)
SULASEG	SUL AMERICA SHELL PREV FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	20.789.951/0001-07 (a)
SULASEG	TURNAROUND PREV SUL AMERICA EXCLUSIVO FI MULTIMERCADO	23.502.637/0001-81 (a)
SULASEG	SUL AMERICA TRUST FICFI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO CP	23.216.775/0001-02 (c)
SULASEG	SUL AMERICA ALBATROZ FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	09.411.684/0001-99 (c)
CIA SAÚDE	SUL AMERICA CAMBIAL FUNDO DE INVESTIMENTO	10.399.849/0001-33 (a)
SULASEG	SUL AMERICA SAP CONCEDIDOS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.004.427/0001-56 (a)
SULASEG	SUL AMERICA EFFECTUS PREV FI MULTIMERCADO	11.314.728/0001-04 (a)
SULASEG	SUL AMERICA EQUIPE PREV FI MULTIMERCADO	13.255.297/0001-88 (a)
SULASEG	SUL AMERICA ESPECIAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	02.127.428/0001-25 (a)
SULASEG	SUL AMERICA SAP GRUPAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	02.498.201/0001-96 (a)
SULASEG	SUL AMERICA FIX 100 II FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.738.195/0001-22 (a)
SULASEG	SUL AMERICA FUTURE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	13.255.321/0001-89 (a)
SULASEG	SUL AMERICA MIX 49 I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	04.616.035/0001-00 (a)
SULASEG	SUL AMERICA MIX 30 IV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	04.061.652/0001-97 (a)
SULASEG	SUL AMERICA FIX 100 VI FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.738.201/0001-41 (a)
Diversos (**)	GRUPAL CASH FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	08.648.673/0001-64 (a)
SULASEG	SUL AMERICA FIX 100 V FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.077.322/0001-27 (a)
SULASEG	SUL AMERICA FIX 100 IV FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.056.135/0001-20 (a)
SULASEG	SUL AMERICA MIX 15 IV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	03.077.193/0001-77 (a)
SULASEG	SUL AMERICA SAP INDIVIDUAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	05.549.144/0001-15 (a)
SULASEG	SUL AMERICA PRESTIGE INFLATE FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	13.768.597/0001-60 (a)
SULASEG	SUL AMERICA MIX 20 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	03.307.621/0001-00 (a)
SULASEG	SUL AMERICA MIX 40 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	04.484.351/0001-76 (a)
SULASEG	SUL AMERICA MULTICARTERA PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	08.702.303/0001-68 (a)
SULASEG	NBF SUL AMERICA F11 PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	13.768.561/0001-87 (a)
SANTA CRUZ	PARTICIPAÇÕES CASH FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO COM INVESTIMENTO NO EXTERIOR	09.637.456/0001-31 (a)
SULASEG	SULAPREVI INDIVIDUAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	05.508.431/0001-87 (a)
SULASEG	SUL AMERICA PRESTIGE PREV FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	10.394.850/0001-75 (a)
SULASEG	SAS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.182.384/0001-07 (a)
Diversos (***)	SUL AMERICA SAS CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	05.508.529/0001-34 (a)
Diversos (*)	SANTANDER FUNDO DE INVESTIMENTO SAS CASH RENDA FIXA	10.979.008/0001-03 (a)
CIA SAÚDE	SASA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES COM INVESTIMENTO NO EXTERIOR	08.637.022/0001-79 (a)
SALIC	SICREDI - FUNDO DE INVESTIMENTO SUL AMERICA CRÉDITO PRIVADO MULTIMERCADO	11.451.972/0001-19 (c)
SULASEG	SULAPREVI CONCEDIDOS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.181.085/0001-40 (a)
NOVA SULAMED	SULACAP MASTER II FI RENDA FIXA	03.707.168/0001-20 (a)
SULASEG	SUL AMERICA FIX 100 FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.077.330/0001-73 (a)
SULASEG	SUL AMERICA MIX 49 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	02.811.681/0001-01 (a)
SULASEG	SUL AMERICA T1 35 PREV FICFI MULTIMERCADO	10.896.023/0001-80 (c)
SULASEG	SUL AMERICA T1 PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	10.383.755/0001-76 (a)
SULASEG	SUL AMERICA FIX 100 PLUS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	20.889.471/0001-00 (a)
SULASEG	29 DE ABRIL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	28.516.222/0001-80 (a)
SULASEG	SUL AMERICA IBIUNA LONG BIASED PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	29.091.970/0001-21 (a)
SULASEG	SUL AMERICA CONIC FI MULTIMERCADO	28.516.239/0001-38 (a)
SULASEG	CONSTELLATION SUL AMERICA PREV FI MULTIMERCADO	29.092.136/0001-50 (a)
SULASEG	ATSU PREV SUL AMERICA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	28.516.138/0001-67 (a)
SULASEG	SAFARI SUL AMERICA PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	28.516.168/0001-73 (a)
SULASEG	ARX SUL AMERICA K2 INFLAÇÃO CURTA PREV FICFI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	33.701.805/0001-11 (a)
SULASEG	PANDHORA SUL AMERICA PREV FI MULTIMERCADO	30.378.486/0001-67 (b)
SULASEG	PANDHORA SUL AMERICA PREV I FI MULTIMERCADO	35.587.673/0001-74 (b)
SULASEG	SUL AMERICA PREV MODERADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	34.567.300/0001-79 (b)

(a) Fundos exclusivos que fazem parte das demonstrações financeiras consolidadas nas datas-bases 31/12/2020 e 2019;

(b) Fundos exclusivos que fazem parte das demonstrações financeiras consolidadas apenas na data-base 31/12/2020;

(c) Fundos exclusivos que fazem parte das demonstrações financeiras consolidadas apenas na data-base 31/12/2019;

(\*) Este fundo de investimento tem como cotistas as companhias SASA, SULASEG, SULAODONTO, SALIC, SAMI, SAGA, CIA. SAÚDE, SAEPAR, SANTA CRUZ, SULAMED, SULACAP, DOCWAY, PARANÁ CLÍNICAS e PRODENT;

(\*\*) Este fundo de investimento tem como cotistas as companhias SULASEG, SALIC, CIA. SAÚDE, SULAODONTO, SULAMED, PRODENT, SULACAP e PARANÁ CLÍNICAS; e

(\*\*\*) Este fundo de investimento tem como cotistas as companhias SASA, SANTA CRUZ e SAH.

## 5. Gestão de riscos

O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da SulAmérica tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente.

A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

## • Identificação dos riscos e controles

Processo de identificação, controle e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos;

## • Quantificação dos riscos

Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos;

## • Resposta aos riscos

De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e

## • Monitoramento e reporte

As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário.

Adicionalmente, a SulAmérica apura, para cada uma de suas controladas, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos respectivos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a SulAmérica possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categorias de riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos.

As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da SulAmérica que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites.

É papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos.

O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na SulAmérica, além de ser o elo com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da SulAmérica.

A área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da SulAmérica tem a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles.

A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência das companhias da SulAmérica. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa).

Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha de defesa, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SulAmérica.

O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a SulAmérica está exposta. A SulAmérica desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais.

As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impactam nos negócios da SulAmérica e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

## 5.1. Concentração das operações

Com presença em todo território nacional, a SulAmérica apresenta maior concentração no segmento de saúde e na região Sudeste, de forma consistente com a distribuição e localização do polo econômico do Brasil. As operações da SulAmérica contam com um amplo perfil de produtos focados na saúde integral de seus clientes, abrangendo não só saúde física, mas também emocional e financeira.

Em 31/12/2020, a SulAmérica registrou um total de receitas, brutas de impostos, de R\$20.136.547 (R\$19.015.892 em 2019), distribuídas nas seguintes linhas de negócios:

	2020		2019	
	Receita	%	Receita	%
Receitas Operacionais				
Saúde	18.579.155	92,26%	17.483.656	91,94%
Pessoas	505.712	2,51%	520.779	2,74%
Previdência Privada	892.322	4,43%	796.170	4,19%
Capitalização	3.861	0,02%	51.581	0,27%
Operações de assistência à saúde	81.962	0,41%	67.995	0,36%
Gestão de ativos	73.535	0,37%	95.711	0,50%
<b>Total</b>	<b>20.136.547</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.015.892</b>	<b>100,00%</b>

A tabela a seguir apresenta a distribuição regional destas receitas:

Região	Consolidado 2020			
	Saúde	Pessoas	Capitalização	Outros
Sudeste	80,13%	63,45%	63,35%	64,42%
Sul	3,06%	18,75%	18,57%	17,81%
Nordeste	12,11%	9,03%	6,86%	12,75%
Norte	1,24%	0,97%	0,80%	1,35%
Centro-Oeste	3,46%	7,80%	10,42%	3,67%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Região	Consolidado 2019			
	Saúde	Pessoas	Capitalização	Outros
Sudeste	80,71%	64,35%	62,58%	63,43%
Sul	2,90%	18,20%	22,20%	19,08%
Nordeste	11,98%	9,44%	5,92%	12,84%
Norte	1,16%	1,83%	0,56%	1,37%
Centro-Oeste	3,25%	6,18%	8,74%	3,28%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

## 5.2. Riscos de subscrição

Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas.

Na SulAmérica, tais riscos podem se materializar de diferentes maneiras dependendo do ramo de atuação.

Nos negócios de Saúde, particularmente para o segmento individual no qual os reajustes de prêmios são autorizados pela ANS, os riscos oriundos de precificação podem vir de reajustes de prêmios autorizados pelo órgão regulador que sejam insuficientes, ou que não configurem a expectativa inicial de precificação do plano.

Para os demais produtos de Saúde, a SulAmérica possui maior flexibilidade na gestão dos reajustes de seus contratos.

Os produtos de Vida e Previdência têm seus riscos de precificação e provisão associados às expectativas de mortalidade/sobrevivência dos participantes dos planos no momento da contratação.

Para as linhas de negócio de Investimentos da SulAmérica, não há riscos de subscrição envolvidos na operação.

Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados em qualquer uma das linhas de negócios da SulAmérica. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituídas e das metodologias empregadas nos cálculos.

## 5.2.1. Riscos de precificação

Atualmente a SulAmérica possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços frente aos compromissos contratuais esperados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos.

Com o objetivo de promover um conjunto de análises e de suportar a tomada de decisão sobre investimentos em produtos, baseada em riscos, a SulAmérica possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP).

O PARP é um procedimento multidisciplinar no qual as áreas de apoio e negócios, contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para a análise de viabilidade do produto, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos.

Contribuem como pareceristas deste processo as áreas atuarial, comercial, compliance, contábil, financeira, gestão de riscos corporativos, jurídica, operações, planejamento estratégico, prevenção à fraude, sustentabilidade, tecnologia da informação e visão do cliente.

Adicionalmente, a SulAmérica conta com ações específicas em cada linha de negócio para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações, pode-se destacar: processos de eficiência de custos, auditorias preventivas pré-pagamentos, otimização de rede de prestadores de serviços, programas de saúde ativa e inspeções detalhadas na subscrição das apólices.

Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a SulAmérica utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo em contrapartida o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR.

Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas.

As análises de sensibilidade a seguir, simulam os possíveis impactos no resultado e no patrimônio líquido, de alterações em parâmetros operacionais antes e depois da contratação de resseguros.

## Análise de sensibilidade em Saúde e Pessoas

	Consolidado 2020					
	Saúde					
	Com efeito de resseguro		Sem efeito de resseguro		Com efeito de resseguro	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos e impacto no PL	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos e impacto no PL	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos e impacto no PL
Premissas						
Aumento de 5% nos sinistros	(712.867)	(427.720)	(714.067)	(428.440)	(13.382)	(8.029)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(60.821)	(36.492)	(60.821)	(36.492)	(4.267)	(2.560)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(60.975)	(36.585)	(60.975)	(36.585)	(7.086)	(4.251)
Redução de 5% nos sinistros	712.867	427.720	714.067	428.440	13.382	8.029
Redução de 5% nas despesas administrativas	60.821	36.492	60.821	36.492	4.267	2.560
Redução de 5% nos custos de comercialização	60.975	36.585	60.975	36.585	7.086	4.251

	Consolidado 2019					
	Saúde					
	Com efeito de resseguro		Sem efeito de resseguro		Com efeito de resseguro	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos e impacto no PL	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos e impacto no PL	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos e impacto no PL
Premissas						
Aumento de 5% nos sinistros	(688.280)	(412.968)	(688.434)	(413.061)	(12.805)	(7.683)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(52.841)	(31.705)	(52.841)	(31.705)	(3.181)	(1.909)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(55.171)	(33.102)	(55.171)	(33.102)	(7.410)	(4.446)
Redução de 5% nos sinistros	688.280	412.968	688.434	413.061	12.805	7.683
Redução de 5% nas despesas administrativas	52.841	31.705	52.841	31.705	3.181	1.909
Redução de 5% nos custos de comercialização	55.171	33.102	55.171	33.102	7.410	4.446

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos



Descrição	Consolidado						
	2020						
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros
Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva / contábil	Valor de mercado	Total	
<b>Títulos de renda fixa - privados</b>	<b>1.521.203</b>	<b>1.471.450</b>	<b>1.334.818</b>	<b>1.277.602</b>	-	-	<b>2.749.052</b>
Debêntures	-	-	75.925	75.147	-	-	75.147
Pós-fixado CDI +	-	-	178.763	174.971	-	-	1.543.968
Pós-fixado CDI %	297.160	290.543	-	-	-	-	465.514
Pós-fixado IPCA	12.005	12.163	-	-	-	-	12.163
Letras financeiras	1.201.494	1.158.205	1.074.272	1.021.629	-	-	2.179.834
Notas promissórias	10.544	10.539	5.858	5.855	-	-	16.394
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	<b>3.870.132</b>	<b>3.884.975</b>	<b>4.112.917</b>	<b>4.128.668</b>	<b>1.801.444</b>	<b>2.144.237</b>	<b>9.815.087</b>
Letras financeiras do tesouro	2.604.427	2.595.757	2.511.293	2.495.564	-	-	5.091.321
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
Pre-fixado	13.228	13.623	1.132.047	1.144.324	-	-	1.157.947
Títulos da dívida agrária	12.254	13.065	-	-	-	-	13.065
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
Série F - Pré-fixado	43	46	255.766	257.041	-	-	257.087
Série B - Pós-fixado IPCA	1.227.212	1.249.472	213.811	231.739	62.757	76.821	1.543.968
Série C - Pós-fixado IGP-M	12.968	13.012	-	-	1.738.687	2.067.416	1.751.699
<b>Títulos de renda variável</b>	<b>429.988</b>	<b>429.988</b>	-	-	-	-	<b>429.988</b>
Ações	429.988	429.988	-	68	-	-	430.056
Redução ao valor recuperável	-	-	-	(68)	-	-	(68)
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>4.153.390</b>	<b>4.153.390</b>	-	-	-	-	<b>4.153.390</b>
Cotas de fundos de investimentos em renda fixa, participações e multimercados	3.937.239	3.937.239	-	-	-	-	3.937.239
Cotas de fundos de investimentos em ações	216.151	216.151	-	-	-	-	216.151
<b>Subtotal</b>	<b>9.974.713</b>	<b>9.939.803</b>	<b>5.447.735</b>	<b>5.406.270</b>	<b>1.801.444</b>	<b>2.144.237</b>	<b>17.147.517</b>
<b>Percentual total - contábil</b>		<b>57,97%</b>		<b>31,53%</b>	<b>10,50%</b>		<b>100,00%</b>
<b>Outras aplicações</b>							<b>4.305</b>
<b>Total</b>							<b>17.151.822</b>
<b>Circulante</b>							<b>15.836.487</b>
<b>Não circulante</b>							<b>1.315.335</b>

Descrição	Consolidado						
	2019						
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros
Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva / contábil	Valor de mercado	Total	
<b>Títulos de renda fixa - privados</b>	<b>2.090.946</b>	<b>2.102.607</b>	<b>1.457.203</b>	<b>1.462.866</b>	-	-	<b>3.565.473</b>
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	425.829	422.392	202.651	201.008	-	-	623.400
Pós-fixado IPCA	19.088	19.696	-	-	-	-	19.696
Letras financeiras	1.633.509	1.647.993	1.248.861	1.256.165	-	-	2.904.158
Notas promissórias	12.520	12.526	5.691	5.693	-	-	18.219
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	<b>5.115.861</b>	<b>5.163.288</b>	<b>5.844.096</b>	<b>5.901.579</b>	<b>1.400.276</b>	<b>1.804.026</b>	<b>12.465.143</b>
Letras financeiras do tesouro	3.140.081	3.143.853	4.862.855	4.862.946	-	-	8.006.799
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
Pre-fixado	402.714	403.916	291.217	301.612	-	-	705.528
Títulos da dívida agrária	21.695	23.013	-	-	-	-	23.013
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
Série F - Pré-fixado	44	46	215.282	229.856	-	-	229.902
Série B - Pós-fixado IPCA	1.540.588	1.581.282	474.742	507.165	90.932	112.615	2.179.379
Série C - Pós-fixado IGP-M	10.739	11.178	-	-	1.309.344	1.691.411	1.320.522
<b>Títulos de renda variável</b>	<b>440.224</b>	<b>440.224</b>	-	-	-	-	<b>440.224</b>
Ações	440.224	440.224	-	74	-	-	440.298
Redução ao valor recuperável	-	-	-	(74)	-	-	(74)
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>1.102.629</b>	<b>1.102.629</b>	-	-	-	-	<b>1.102.629</b>
Cotas de fundos de investimentos em renda fixa, participações e multimercados	1.015.298	1.015.298	-	-	-	-	1.015.298
Cotas de fundos de investimentos em ações	87.331	87.331	-	-	-	-	87.331
<b>Subtotal</b>	<b>8.749.660</b>	<b>8.808.748</b>	<b>7.301.299</b>	<b>7.364.445</b>	<b>1.400.276</b>	<b>1.804.026</b>	<b>17.573.469</b>
<b>Percentual total - contábil</b>		<b>50,13%</b>		<b>41,91%</b>	<b>7,96%</b>		<b>100,00%</b>
<b>Outras aplicações</b>							<b>2.660</b>
<b>Total</b>							<b>17.576.129</b>
<b>Circulante</b>							<b>16.225.130</b>
<b>Não circulante</b>							<b>1.350.999</b>

8.2. Movimentação das aplicações financeiras

Está demonstrada abaixo a composição da movimentação das aplicações financeiras em relação ao saldo do ano anterior:

	Companhia	
	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>157.151</b>	<b>157.151</b>
Aplicações líquidas de resgate	(68.260)	(68.260)
Resultado financeiro	18.119	18.119
Outros pagamentos líquidos	(84)	(84)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>106.926</b>	<b>106.926</b>

	Companhia		
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para Venda	Total
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>106.926</b>	-	<b>106.926</b>
Aplicações líquidas de resgate	(53.912)	170.073	116.161
Resultado financeiro	4.593	3.598	8.191
Ajuste no patrimônio líquido	-	(1.290)	(1.290)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>57.607</b>	<b>172.381</b>	<b>229.988</b>

	Consolidado			
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
	<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>8.394.236</b>	<b>6.543.354</b>	<b>1.292.404</b>
Aquisição do saldo da Prodent	6.277	-	-	6.277
Aplicações líquidas de resgate	(370.148)	351.216	(70.970)	(89.902)
Resultado financeiro	741.730	461.754	1.382.842	1.382.326
Outros recebimentos líquidos	36.653	-	-	36.653
Ajuste no patrimônio líquido	-	8.121	-	8.121
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>8.808.748</b>	<b>7.364.445</b>	<b>1.400.276</b>	<b>17.573.469</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>9.939.803</b>	<b>5.406.270</b>	<b>1.801.444</b>	<b>17.147.517</b>

(a) A movimentação da rubrica está impactada pela conclusão da operação de venda das carteiras de auto e ramos elementares e venda de quase a totalidade da carteira de capitalização, conforme descrito nas notas 1.1 e 1.2 respectivamente;  
 (b) Os outros resultados abrangentes referentes a ajuste a valor justo dos ativos financeiros sofreram redução adicional de R\$13 milhões (R\$8 milhões, líquido de impostos) reclassificado para a reserva de capital por se tratar de transação de capital entre sócios oriunda do processo de reestruturação societária prevista no processo de liquidação da carteira de auto e ramos elementares, conforme nota 1.1;  
 (c) Alienação da carteira de auto e ramos elementares conforme nota 13; e  
 (d) Aquisição do saldo da Paraná Clínicas, conforme nota 4.4.1.1.

8.3. Análise da sensibilidade das aplicações financeiras

#### 8.3.1. Aplicações financeiras

As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são:

(i) VaR paramétrico utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration*, nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e  
 (ii) DV01 (dollar-value or value for one basis-point), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera ( $\Delta P$ ) na oscilação de um ponto base (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição.  
 As metodologias utilizadas desconsideram os valores de saldos referentes ao PGBL e VGBL, pois os recursos estão em fundos exclusivos para os participantes e são regidos pelas regras de liquidez estabelecidas nos regulamentos de cada fundo.  
 As tabelas a seguir apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia, no resultado e no patrimônio líquido, apurado através da metodologia VaR e da metodologia DV01.

Fatores de risco	Companhia			
	2020		2019	
	VaR 95%	DV01=0,01%	VaR 95%	DV01=0,01%
Outros	14	6	11	-
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>-</b>

Fatores de risco	Consolidado			
	2020		2019	
	VaR 95%	DV01=0,01%	VaR 95%	DV01=0,01%
Juros nominal	2.668	177	476	(16)
Juros real	352	51	885	114
Renda variável	3.386	1.699	1.620	1.188
Câmbio	925	534	430	412
Outros	317	-	48	-
Efeito da diversificação	(2.977)	-	(1.689)	-
<b>Total</b>	<b>4.671</b>	<b>2.461</b>	<b>1.770</b>	<b>1.698</b>

Os ativos referenciados às taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e da SELIC não apresentam variação, uma vez que sua *duration* é de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais ativos não apresentaram resultados materiais devido a sua baixa volatilidade (inferior a R\$1).

Os valores informados na linha "Efeito da diversificação" demonstram a redução do VaR decorrente da correlação entre os ativos contidos na carteira de investimentos.

No período de setembro a novembro de 2020, foi observado um aumento na volatilidade dos preços das LFTs em função da baixa demanda por esses ativos, afetando a liquidez desses papéis e, consequentemente, seu valor de mercado. Desde então, porém, os preços destes ativos vêm se recuperando gradualmente.

#### 8.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião da sua aquisição.

Esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

(i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

(ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

(iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

#### Nível 1

##### • Títulos de renda variável

Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês;

##### • Títulos de renda fixa - Públicos

Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA); e

##### • Instrumentos financeiros derivativos

Calculados com base nas cotações e taxas divulgadas pela B3.

#### Nível 2

##### • Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Letras Financeiras (LF)

Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da B3, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos;

##### • Debêntures

Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os padrões de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado;

##### • Cédula de Crédito Bancário (CCB)

São calculados com base no fluxo de pagamentos projetado para operação, descontados pela curva proveniente dos futuros de DI da B3 e spread de crédito da SulAmérica ou de companhias com perfil de risco similar; e

##### • Cotas de fundos de investimentos

Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. Os ativos alocados em fundos de investimentos exclusivos são apresentados de acordo com os níveis de hierarquia classificados acima.

Os saldos de contas a receber e a pagar de fundos exclusivos consolidados, contabilizados no circulante, aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Nas tabelas a seguir, estão indicados os saldos das aplicações financeiras, CCB, debêntures e leasing financeiro, por nível hierárquico, em 31/12/2020 e 2019:

Descrição	Companhia		
	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>			
Aplicações financeiras			
Valor justo por meio do resultado	-	57.607	57.607
Disponível para Venda	172.381	-	172.381
<b>Total</b>	<b>172.381</b>	<b>57.607</b>	<b>229.988</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	1.567.385	1.567.385
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.567.385</b>	<b>1.567.385</b>

Descrição	Companhia		
	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>			
Aplicações financeiras			
Valor justo por meio do resultado	101.733	5.193	106.926
<b>Total</b>	<b>101.733</b>	<b>5.193</b>	<b>106.926</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	1.757.765	1.757.765
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.757.765</b>	<b>1.757.765</b>

Descrição	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>			
Equivalentes de caixa	-	885.582	885.582
Aplicações financeiras			
Valor justo por meio do resultado	4.314.963	5.624.840	9.939.803
Disponível para venda	4.128.668	1.277.602	5.406.270
Mantido até o vencimento	2.144.237	-	2.144.237
<b>Total</b>	<b>10.587.868</b>	<b>7.788.024</b>	<b>18.375.892</b>

## 9.1.2.1. Valores a receber do FCVS – SFH

	Consolidado
<b>Saldo dos valores a receber FCVS-SFH em 01/01/2019</b>	<b>1.152.358</b>
Adições	404.494
Baixas	(16.646)
<b>Saldo dos valores a receber FCVS-SFH em 31/12/2019</b>	<b>1.540.206</b>
Saldo da provisão para redução ao valor recuperável em 31/12/2019	(197.180)
<b>Saldo final líquido da provisão para redução ao valor recuperável em 31/12/2019</b>	<b>1.343.026</b>
Circulante	78.859
Não circulante	1.264.167

	Consolidado
<b>Saldo dos valores a receber FCVS-SFH em 31/12/2019</b>	<b>1.540.206</b>
Adições	326.759
Baixas	(131.779)
<b>Saldo dos valores a receber FCVS-SFH em 31/12/2020</b>	<b>1.735.186</b>
Saldo da provisão para redução ao valor recuperável em 31/12/2020	(208.451)
<b>Saldo final líquido da provisão para redução ao valor recuperável em 31/12/2020</b>	<b>1.526.735</b>
Circulante	38.918
Não circulante	1.487.817

Em 31/12/2020, existem processos judiciais relativos ao SFH em que a Companhia é citada e que se encontram em andamento. Ditos processos podem originar desembolso de caixa futuro com o correspondente pedido de reembolso pela Companhia à Caixa Econômica Federal, administradora do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS. Nos casos em que o processo judicial se encontra em fase de execução provisória, para evitar a antecipação do desembolso naqueles não transitados em julgado, a Companhia oferece para garantia do juízo apólices de seguro garantia. Em 31/12/2020, o montante total garantido por meio de seguro garantia é de R\$ 1.036.795 (R\$955.555 em 2019). O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e desde 1967 passou a ser garantido pelo FCVS. As seguradoras são demandadas judicialmente no equívocado papel de representantes do FCVS, papel este de responsabilidade da Caixa Econômica Federal - CAIXA, administradora do referido Fundo. Em decorrência da representação do FCVS nas ações judiciais, é garantido às seguradoras, por serem partes ilegítimas nos processos, o direito de receberem o reembolso de todos os dispêndios incorridos. A Lei nº 12.409/2011, modificada pela Lei nº 13.000/2014, bem como a Resolução CCFCVS nº 364 de 28/03/2014 determinam expressamente a responsabilidade do FCVS, através da sua administradora CAIXA, sobre os processos judiciais que tenham por objeto a apólice pública do SH/SFH. Adicionalmente, a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu os Pareceres PGFN/CAF nº 1.842/2014, PGFN/CRJ nº 1.949/2014, onde reconhece o papel das seguradoras como representantes do FCVS. Em setembro de 2018 o Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral em recurso extraordinário interposto pela SulAmérica para analisar a competência da Justiça Federal nos julgamentos das ações desta natureza. Em junho de 2020 foi julgado o mérito do referido recurso, no qual foi dado provimento, por maioria dos votos, para consolidar o interesse da CEF, administradora do FCVS, nas demandas relacionadas ao SH/SFH e, por consequência, fixar a competência da Justiça Federal para processamento e julgamento das ações desta natureza. O acórdão contendo o inteiro teor da decisão e a tese fixada pelo STF (processo sob o regime de repercussão geral cuja tese publicada vincula todos os Tribunais do País) foi publicado no dia 21/08/2020. Sobre essa decisão, foi interposto recurso de Embargos de Declaração, que não tem efeito suspensivo. A partir da edição da Resolução nº 448/2019, foram estabelecidos os novos requisitos para o ressarcimento das seguradoras pelos pagamentos realizados em ações judiciais envolvendo o SH/SFH. Estes novos requisitos permitiram a retomada dos ressarcimentos desde dezembro de 2019.

## 9.2. Contraprestações a receber – planos de saúde administrados

Planos de saúde administrados são a modalidade em que a SulAmérica administra as despesas médicas e hospitalares em favor de seus clientes e é integralmente reembolsada pelos clientes, registrando como receita da operação somente sua taxa de administração. Os valores referentes a contraprestações a receber, por faixa de vencimento, são:

Descrição	2020	Consolidado 2019
<b>A vencer</b>		
A vencer entre 1 e 30 dias	377.552	303.876
A vencer entre 31 e 60 dias	8.310	-
<b>Total a vencer</b>	<b>385.862</b>	<b>303.876</b>
<b>Vencidos</b>		
Vencidos entre 1 e 30 dias	14.539	26.492
Vencidos entre 31 e 60 dias	279	6.870
Vencidos entre 61 e 180 dias	92	5.423
Vencidos entre 181 e 365 dias	18	1.683
Vencidos acima de 365 dias	3.073	1.114
<b>Total</b>	<b>18.001</b>	<b>41.582</b>
<b>Provisão para redução ao valor recuperável</b>	<b>(3.086)</b>	<b>(4.558)</b>
<b>Total vencidos</b>	<b>14.915</b>	<b>37.024</b>
<b>Total de prêmios a receber</b>	<b>403.863</b>	<b>345.458</b>
<b>Total de provisão para redução ao valor recuperável</b>	<b>(3.086)</b>	<b>(4.558)</b>
<b>Total</b>	<b>400.777</b>	<b>340.900</b>

## 10. Tributos

## 10.1. Créditos tributários e previdenciários

Descrição	Nota	2020	2019	2020	2019
Impostos a compensar / recuperar	10.1.1	19.322	146.961	255.627	273.302
Créditos tributários	10.1.2	648	10.459	1.351.248	1.270.110
Débitos tributários	10.1.2	(3)	(2)	(170.853)	(243.538)
<b>Total</b>		<b>19.967</b>	<b>157.418</b>	<b>1.436.022</b>	<b>1.299.874</b>
<b>Circulante</b>		<b>11.092</b>	<b>73.063</b>	<b>178.218</b>	<b>154.787</b>
<b>Não circulante</b>		<b>8.875</b>	<b>84.355</b>	<b>1.257.804</b>	<b>1.145.087</b>

## 10.1.1. Tributos a compensar / recuperar

Descrição	Saldo em 01/01/2019	Adições	Atualização monetária	Baixas / compensações	Saldo em 31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	147.523	57.590	6.724	(66.764)	145.073
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	1.850	-	-	1.850
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	11	-	(11)	-
Programa de Integração Social - PIS	-	2	-	(2)	-
Outros	38	-	-	-	38
<b>Total</b>	<b>147.561</b>	<b>59.453</b>	<b>6.724</b>	<b>(66.777)</b>	<b>146.961</b>
<b>Circulante</b>					<b>73.063</b>
<b>Não circulante</b>					<b>73.898</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Adições	Atualização monetária	Baixas / compensações	Saldo em 31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	145.073	29.382	3.058	(158.191)	19.322
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.850	-	60	(1.910)	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	3	-	(3)	-
Programa de Integração Social - PIS	-	1	-	(1)	-
Outros	38	-	-	(38)	-
<b>Total</b>	<b>146.961</b>	<b>29.386</b>	<b>3.118</b>	<b>(160.143)</b>	<b>19.322</b>
<b>Circulante</b>					<b>11.092</b>
<b>Não circulante</b>					<b>8.230</b>

Descrição	Saldo em 01/01/2019	Aquisição do saldo da Prodent	Adições	Atualizações monetárias	Baixas / compensações	Saldo em 31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	224.062	1.136	133.810	11.675	(173.162)	197.521
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	34.238	302	18.028	3.679	(13.211)	43.036
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	30.972	8	9.377	964	(38.268)	3.053
Programa de Integração Social - PIS	4.726	2	1.450	215	(4.109)	2.284
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	25.898	-	313	1.330	(443)	27.098
Outros	272	-	107	-	(69)	310
<b>Total</b>	<b>320.168</b>	<b>1.448</b>	<b>163.085</b>	<b>17.863</b>	<b>(229.262)</b>	<b>273.302</b>
<b>Circulante</b>						<b>154.787</b>
<b>Não circulante</b>						<b>118.515</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Aquisição do saldo da Paraná Clínicas(b)	Adições	Atualização monetária	Baixas / compensações	Operações descontinuadas (a)	Saldo em 31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	197.521	4.604	149.180	5.157	(199.660)	(177)	156.625
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	43.036	1.639	39.437	1.261	(36.162)	(70)	49.141
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.053	64	4.419	983	(5.833)	(87)	2.599
Programa de Integração Social - PIS	2.284	6	630	25	(845)	(18)	2.082
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	27.098	-	1.303	1.068	(6.269)	-	23.200
Outros	310	-	21.848	-	(178)	-	21.980
<b>Total</b>	<b>273.302</b>	<b>6.313</b>	<b>216.817</b>	<b>8.494</b>	<b>(248.947)</b>	<b>(352)</b>	<b>255.627</b>
<b>Circulante</b>							<b>178.218</b>
<b>Não circulante</b>							<b>77.409</b>

(a) Alienação da carteira de auto e ramos elementares, conforme nota 13; e

(b) Aquisição do saldo da Paraná Clínicas, conforme nota 4.4.1.1.

## 10.1.2. Movimentação dos créditos e débitos tributários

Descrição	Saldo em 01/01/2019	Constituição	Realização / reversão	Saldo em 31/12/2019
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	53	156	-	209
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	9.935	315	-	10.250
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>9.988</b>	<b>471</b>	<b>-</b>	<b>10.459</b>
Outros	-	(2)	-	(2)
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização / reversão	Saldo em 31/12/2020
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	209	-	-	209
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	10.250	66.718	(76.968)	-
Perda com ajuste a valor de mercado	-	613	(174)	439
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>10.459</b>	<b>67.331</b>	<b>(77.142)</b>	<b>648</b>
Outros	(2)	(1)	-	(3)
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>

Descrição	Saldo em 01/01/2019	Aquisição do saldo da Paraná Clínicas(b)	Constituição	Realização / reversão	Saldo em 31/12/2019
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	718.034	800	45.864	(38.007)	726.691
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	125.735	1.633	61.101	(17.837)	170.632
Provisões	66.800	86	24.982	(26.960)	64.908
Reversão de reserva	34.376	-	-	-	34.376
Participações nos lucros	8.946	-	9.528	(7.928)	6.240
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	15.481	-	4.921	(4.921)	-
Perda com ajuste a valor de mercado	37	-	51.428	(30.053)	21.412
Outros	29.865	1.615	24.604	(5.782)	50.302
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>978.313</b>	<b>2.519</b>	<b>168.106</b>	<b>(98.002)</b>	<b>1.050.936</b>
<b>Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social</b>	<b>47.628</b>	<b>-</b>	<b>543</b>	<b>(11.796)</b>	<b>36.375</b>
<b>PIS e COFINS sobre reservas técnicas</b>	<b>168.540</b>	<b>-</b>	<b>25.793</b>	<b>(11.534)</b>	<b>182.799</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>1.194.481</b>	<b>2.519</b>	<b>194.442</b>	<b>(121.332)</b>	<b>1.270.110</b>
Atualizações de depósitos judiciais	(320.879)	(9)	(17.055)	165.300	(172.643)
Ganho com ajuste a valor de mercado	(27.095)	-	(17.293)	13.335	(31.053)
Outros	(19.333)	(14.278)	(6.255)	24	(39.842)
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(367.307)</b>	<b>(14.287)</b>	<b>(40.603)</b>	<b>178.659</b>	<b>(243.538)</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Aquisição do saldo da Paraná Clínicas(b)	Constituição	Realização / reversão	Operações descontinuadas (a)	Saldo em 31/12/2020
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	726.691	4.474	53.782	(48.268)	(5.817)	730.862
Redução ao valor recuperável de créditos	170.632	416	88.248	(66.374)	(2.296)	190.626
Provisões indutíveis	64.908	-	30.299	(32.108)	(2.220)	60.879
Reversão de reserva	34.376	-	-	-	-	34.376
Participações nos lucros	8.946	-	9.528	(7.928)	(4.306)	6.240
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	15.481	-	4.921	(4.921)	-	-
Perda com ajuste a valor de mercado	37	-	51.428	(30.053)	-	21.412
Outros	29.865	1.615	24.604	(5.782)	-	50.302
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>1.050.936</b>	<b>6.505</b>	<b>262.810</b>	<b>(195.434)</b>	<b>(14.639)</b>	<b>1.110.178</b>
<b>Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social</b>	<b>36.375</b>	<b>-</b>	<b>88.973</b>	<b>(77.484)</b>	<b>-</b>	<b>47.864</b>
<b>PIS e COFINS sobre reservas técnicas</b>	<b>182.799</b>	<b>1.963</b>	<b>70.236</b>	<b>(41.742)</b>	<b>(20.050)</b>	<b>193.206</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>1.270.110</b>	<b>8.468</b>	<b>422.019</b>	<b>(314.660)</b>	<b>(34.689)</b>	<b>1.351.248</b>
Atualizações de depósitos judiciais	(172.643)	-	(6.850)	76.683	-	(102.810)
Ganho com ajuste a valor de mercado	(31.053)	-	(5.404)	18.057	5.521	(12.879)
Outros	(39.842)	(31.942)	(22.711)	30.541	8.790	(55.164)
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(243.538)</b>	<b>(31.942)</b>	<b>(34.965)</b>	<b>125.281</b>	<b>14.311</b>	<b>(170.853)</b>

(a) Alienação da carteira de auto e ramos elementares, conforme nota 13; e

(b) Aquisição do saldo da Paraná Clínicas, conforme nota 4.4.1.1.

Em 31/12/2020, as bases de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social a compensar são formadas como demonstrado a seguir:

Ano	Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social
2005	4.117	36.586
2011	35.408	31.850
2017	11.517	11.572
2018	2.005	1.927
2020	72.216	72.222
<b>Saldos a compensar</b>	<b>125.263</b>	<b>154.157</b>

Em 31/12/2020, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no consolidado é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Ano	Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social
2021	0%	9%
2022	8%	11%
2023	13%	9%
2024	24%	16%
2025	42%	28%
2026 a 2027	13%	27%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Na Companhia, todos os saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e seus respectivos créditos tributários, foram realizados em função do ganho de capital registrado no mês de julho/2020.

No consolidado, a realização de créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, não foram incluídas no quadro acima, uma vez que dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração das controladas, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias.

As bases e os impostos apresentados a seguir, referentes a 31/12/2020, representam os créditos tributários não registrados contabilmente, em sua maioria composta por amortizações de ágio em investimentos, em função da ausência de perspectiva de realização dos montantes amortizados.

Descrição	Companhia		Consolidado	
	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido

## 12.3. Pessoas

	Seguro direto líquido de cosseguro cedido		Consolidado	
		Cosseguro aceito	Total	
<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>17.714</b>	<b>39</b>	<b>17.753</b>	
Custos de comercialização gerados	171.368	-	171.368	
Amortização	(136.648)	(17)	(136.665)	
Cancelamento	(24.461)	(22)	(24.483)	
RVNE	(37)	-	(37)	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>27.936</b>	<b>-</b>	<b>27.936</b>	
<b>Circulante</b>			<b>14.816</b>	
<b>Não circulante</b>			<b>13.120</b>	

	Seguro direto líquido de cosseguro cedido		Consolidado	
		Cosseguro aceito	Total	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>27.936</b>	<b>-</b>	<b>27.936</b>	
Custos de comercialização gerados	164.659	-	164.659	
Amortização	(128.279)	-	(128.279)	
Cancelamento	(16.072)	-	(16.072)	
RVNE	(1.417)	-	(1.417)	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>46.827</b>	<b>-</b>	<b>46.827</b>	
<b>Circulante</b>			<b>16.624</b>	
<b>Não circulante</b>			<b>30.203</b>	

## 12.4. Previdência privada

	Previdência		Consolidado	
		Total		Total
<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>41.342</b>	<b>41.342</b>		
Custos de comercialização gerados	19.979	19.979		
Amortização	(18.956)	(18.956)		
Cancelamento	(1.355)	(1.355)		
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>41.010</b>	<b>41.010</b>		
<b>Circulante</b>			<b>21.434</b>	
<b>Não circulante</b>			<b>19.576</b>	

	Previdência		Consolidado	
		Total		Total
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>41.010</b>	<b>41.010</b>		
Custos de comercialização gerados	14.282	14.282		
Amortização	(18.955)	(18.955)		
Cancelamento	(1.650)	(1.650)		
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>34.687</b>	<b>34.687</b>		
<b>Circulante</b>			<b>18.885</b>	
<b>Não circulante</b>			<b>15.802</b>	

## 13. Operações descontinuadas

Conforme mencionado na nota 1.1, em 10 de julho de 2020 foi concluída a venda das operações de automóveis e outros ramos elementares pelo montante de R\$3.181.454, gerando um ganho líquido de R\$1.440.837, após a dedução dos custos dos ativos negociados de R\$908.081, despesas com tributos de R\$726.936 e demais despesas associadas a venda de R\$105.600. Após a conclusão da transação, os ativos classificados como mantidos para venda e os passivos relacionados a esses ativos foram baixados contabilmente. O resultado dessas operações para o período de 1º de janeiro a 10 de julho de 2020 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados a seguir:

	2020	2019
<b>Receitas operacionais de seguros</b>	<b>1.492.975</b>	<b>3.455.630</b>
Prêmios líquidos	1.492.683	3.447.163
Outras receitas operacionais	292	8.467
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>12.179</b>	<b>29.539</b>
<b>Variáveis das provisões técnicas de prêmios</b>	<b>172.968</b>	<b>64.891</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(1.323.158)</b>	<b>(2.971.950)</b>
Sinistros	(924.326)	(2.138.224)
Custos de comercialização	(374.889)	(772.884)
Outras despesas operacionais	(23.943)	(60.842)
<b>Margem bruta operacional</b>	<b>354.964</b>	<b>578.110</b>
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(228.311)</b>	<b>(502.325)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>48.625</b>	<b>153.417</b>
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>3.594</b>	<b>7.538</b>
<b>Resultado antes de impostos e contribuições</b>	<b>178.872</b>	<b>236.740</b>
Imposto de renda e contribuição social	(69.496)	(89.836)
<b>Lucro líquido do período/ exercício proveniente das operações descontinuadas, antes do resultado na venda dos ativos líquidos mantidos para venda</b>	<b>109.376</b>	<b>146.904</b>
<b>Resultado na venda dos ativos líquidos mantidos para venda</b>	<b>1.440.837</b>	<b>-</b>
<b>Lucro líquido do período/ exercício proveniente das operações descontinuadas</b>	<b>1.550.213</b>	<b>146.904</b>

A seguir destacamos as principais classes de ativos e passivos da operação de automóveis e ramos elementares classificados como ativos e passivos de operações descontinuadas em 30 de junho de 2020, e baixados após a conclusão da operação:

	2020	2019
<b>Ativo</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2020</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.358.292</b>	<b>3.358.292</b>
Caixa e equivalentes de caixa	9.195	9.195
Aplicações financeiras	1.839.068	1.839.068
Receíveis	1.058.222	1.058.222
Tributos	352	352
Ativos de resseguro	5.080	5.080
Salvados a venda	91.080	91.080
Custos de comercialização diferidos	351.769	351.769
Outros	3.526	3.526
<b>Não circulante</b>	<b>190.495</b>	<b>190.495</b>
Aplicações financeiras	9.137	9.137
Receíveis	704	704
Depósitos judiciais e fiscais	55.698	55.698
Ativos de resseguro	2.362	2.362
Custos de comercialização diferidos	1.376	1.376
Tributos	34.689	34.689
Outros	3.777	3.777
Ativos de arrendamentos	15.171	15.171
Imobilizado	5.386	5.386
Intangível	62.195	62.195
<b>Ativos classificados como mantidos para venda</b>	<b>3.548.787</b>	<b>3.548.787</b>
<b>Passivo</b>	<b>2.389.567</b>	<b>2.389.567</b>
<b>Circulante</b>	<b>198.162</b>	<b>198.162</b>
Contas a pagar	103.673	103.673
Passivos de seguros e resseguros	2.076.868	2.076.868
Provisões técnicas de seguros	3.166	3.166
Provisões judiciais	7.698	7.698
<b>Não circulante</b>	<b>251.139</b>	<b>251.139</b>
Contas a pagar	8.941	8.941
Impostos e contribuições diferidos	14.311	14.311
Provisões técnicas de seguros	214.319	214.319
Provisões judiciais	11.700	11.700
Outros	1.868	1.868
<b>Obrigações diretamente associadas a ativos classificados como mantidos para venda</b>	<b>2.640.706</b>	<b>2.640.706</b>
<b>Ativos líquidos diretamente associados ao grupo de mantidos para venda</b>	<b>908.081</b>	<b>908.081</b>

Os fluxos de caixa líquidos incorridos pela operação descontinuada para o período de 1º de janeiro a 10 de julho de 2020 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são:

	2020	2019
Atividades operacionais	(3.399.206)	16.640
Atividades de investimento	3.180.704	(18.011)
Atividades de financiamento	227.451	1.500
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.949</b>	<b>129</b>

O lucro líquido das operações descontinuadas por ação para o período de 1º de janeiro a 10 de julho de 2020 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são:

Descrição	2020			2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Lucro por ação - básico (em R\$)</b>	<b>1,3310</b>	<b>1,3547</b>	<b>1,3427</b>	<b>0,1264</b>	<b>0,1265</b>	<b>0,1265</b>
<b>Lucro por ação - diluído (em R\$)</b>	<b>1,3249</b>	<b>1,3419</b>	<b>1,3333</b>	<b>0,1257</b>	<b>0,1250</b>	<b>0,1254</b>

## 14. Arrendamentos

A seguir demonstramos os valores relacionados aos arrendamentos, conforme descrito na nota 3.6.

	Contratos de alugueis de imóveis		Contratos de alugueis de veículos de frota		Consolidado	
					Total	
<b>Ativo de direito de uso</b>						
Adoção da norma em 01/01/2019	159.529	-	7.122	-	166.651	
Adições a ativos de direito de uso	76.824	-	-	-	76.824	
Ajuste por remensuração (c)	(35.611)	-	-	-	(35.611)	
Encargos de depreciação	(42.123)	(2.374)	-	-	(44.497)	
<b>Valor contábil de ativos de direito de uso em 31/12/2019</b>	<b>158.619</b>	<b>4.748</b>			<b>163.367</b>	
<b>Não circulante</b>					<b>163.367</b>	
<b>Passivo de arrendamento (b)</b>						
Adoção da norma em 01/01/2019	159.529	-	7.122	-	166.651	
Adições a passivos de arrendamento	76.824	-	-	-	76.824	
Ajuste por remensuração (c)	(35.611)	-	-	-	(35.611)	
Salidas de caixa totais para arrendamentos	(41.345)	(2.739)	-	-	(44.084)	
Despesas de juros	17.655	433	-	-	18.088	
<b>Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2019</b>	<b>177.052</b>	<b>4.816</b>			<b>181.868</b>	
<b>Circulante</b>					<b>46.838</b>	
<b>Não circulante</b>					<b>135.030</b>	
<b>Resultado</b>						
Despesas de arrendamentos de curto prazo isentos pela norma (a)	9.352	-	-	-	9.352	

	Contratos de alugueis de imóveis		Contratos de alugueis de veículos de frota		Contratos de alugueis de equipamentos		Consolidado	
							Total	
<b>Ativo de direito de uso</b>								
Valor contábil de ativos de direito de uso em 01/01/2020	158.619	-	4.748	-	-	-	163.367	
Adições a ativos de direito de uso	56.853	-	786	-	268	-	57.907	
Encargos de depreciação	(40.139)	-	(1.830)	-	(7)	-	(41.976)	
Operações descontinuadas (d)	(12.548)	-	(2.623)	-	-	-	(15.171)	
<b>Valor contábil de ativos de direito de uso em 31/12/2020</b>	<b>162.785</b>	<b>-</b>	<b>1.081</b>	<b>-</b>	<b>261</b>	<b>-</b>	<b>164.127</b>	
<b>Não circulante</b>							<b>164.127</b>	
<b>Passivo de arrendamento (b)</b>								
Valor contábil do passivo de arrendamento em 01/01/2020	177.052	-	4.816	-	-	-	181.868	
Adições a passivos de arrendamento	56.853	-	1.307	-	268	-	58.428	
Salidas de caixa totais para arrendamentos	(55.008)	-	(1.797)	-	-	-	(56.805)	
Despesas de juros	12.280	-	266	-	1	-	12.547	
Operações descontinuadas (d)	(17.025)	-	(3.403)	-	-	-	(20.428)	
<b>Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2020</b>	<b>174.152</b>	<b>-</b>	<b>1.189</b>	<b>-</b>	<b>269</b>	<b>-</b>	<b>175.610</b>	
<b>Circulante</b>							<b>41.479</b>	
<b>Não circulante</b>							<b>134.131</b>	
<b>Resultado</b>								
Despesas de arrendamentos de curto prazo isentos pela norma (a)	67	-	-	-	-	-	67	

(a) Despesas com prazo inferior a 12 meses possuem isenção da norma para registro no balanço;  
 (b) Valores contabilizados e demonstrados na rubrica "Contas a pagar" – nota 17;  
 (c) Ajuste na remensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso do contrato de locação do imóvel da sede da matriz no Rio de Janeiro, e  
 (d) Alienação da carteira de auto e ramos elementares conforme nota 13.  
 A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base na taxa de juros dos empréstimos e financiamentos praticados no mercado financeiro na data de adoção inicial (01/01/2019) ou na data da assinatura do contrato para aqueles firmados pós adoção inicial. As taxas foram obtidas por meio de referências junto aos principais agentes financeiros.

Prazo dos contratos	Taxa % a.a.
2 anos	7,05%
3 anos	7,31%
4 anos	7,31%
5 anos	7,31%
7 anos	5,75%
8 anos	5,75%
10 anos	7,31%

Em 31/12/2020, as prestações descontadas de seus contratos de arrendamento são formadas como demonstrados a seguir:

Vencimento das prestações	Valor
2021	48.039
2022	40.656
2023	38.850
2024	37.832
2025	22.994
2026+	21.607
<b>Valores não descontados</b>	<b>209.978</b>
Juros embutidos	(34.368)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>175.610</b>

Tendo em vista os regimes de tributação pelo qual as Entidades Seguradoras e as Operadoras de Plano de Saúde estão vinculadas, os quais não admitem a apropriação de créditos de PIS e COFINS, a serem calculados sobre a depreciação do direito de uso de ativos arrendados, para fins do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº2/2019, os créditos passíveis de aproveitamento para as demais entidades são imateriais para divulgação.

## 15. Investimentos

15.1. Companhia - participações societárias e ágio

	SALIC	SAEPAR	CIA. SAÚDE	SAH	SASAM	Total
<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>3.982.523</b>	<b>1.456.581</b>	<b>1.988.475</b>	-	-	<b>7.427.579</b>
Aumento de capital (b)	311.086	100.343	23.325	-	-	434.754
Ganho e/ou (perda) de capital (d)	67	(103)	(545)	-	-	(581)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(232.514)	(52.833)	(192.096)	-	-	(477.443)
Equivalência patrimonial (a)	688.045	222.365	425.972	-	-	1.336.382
Ajustes de avaliação patrimonial - Efeito reflexo (c)	357	(1.650)	(1.577)	-	-	(2.870)
Ganhos / (perdas) não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	2.730	(833)	(1.519)	-	-	378
Perda atuarial com plano de benefício definido	(2.778)	(993)	(58)	-	-	(3.829)
Ganho / (perda) de capital	405	176	-	-	-	581
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>4.749.564</b>	<b>1.724.703</b>	<b>2.243.554</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.717.821</b>
Aumento de capital (b)	137.377	230.111	655.000	100	-	1.022.588
Redução de capital (h)	-	-	-	(225.398)	-	(225.398)
Aquisição de investimento (e)	-	-	-	230.000	-	230.000
Alienação de investimento	-	-	-	-	(430.100)	(430.100)
Ganho e/ou (perda) de capital (d)	535	-	(4.671)	-	(31)	(4.167)
Dividendos e juros sobre capital próprio (g)	(100.607)	(522.384)	(280.229)	(530.092)	-	(1.433.312)
Equivalência patrimonial (a)	295.641	438.364	326.760	53		

## 16. Intangível

O Intangível é representado conforme tabela a seguir:

	Consolidado			
	Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)	Ágio (b)	Outros	Total
<b>Custo</b>				
<b>Saldo em 01/02/2019</b>	<b>395.278</b>	<b>62.235</b>	<b>3</b>	<b>457.516</b>
Adição	83.400	-	-	83.400
Baixa	(939)	-	-	(939)
Aquisição de controlada	-	111.654	42.005	153.659
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>477.739</b>	<b>173.889</b>	<b>42.008</b>	<b>693.636</b>
<b>Amortização acumulada</b>				
<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>(188.997)</b>	-	-	<b>(188.997)</b>
Baixa	687	-	-	687
Amortização	(56.659)	-	(2.131)	(58.790)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(244.969)</b>	-	<b>(2.131)</b>	<b>(247.100)</b>
<b>Saldo residual em 31/12/2019</b>	<b>232.770</b>	<b>173.889</b>	<b>39.877</b>	<b>446.536</b>
Vida útil estimada	5 e 10 anos			

	Consolidado			
	Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)	Ágio (b)	Outros	Total
<b>Custo</b>				
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>477.739</b>	<b>173.889</b>	<b>42.008</b>	<b>693.636</b>
Adição	163.390	-	-	163.390
Baixa	(67.350)	(14.039)	(4.740)	(86.129)
Aquisição de controlada (c)	3.057	284.924	82.143	370.124
Operações descontinuadas (d)	(145.907)	-	-	(145.907)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>430.929</b>	<b>444.774</b>	<b>119.411</b>	<b>995.114</b>
<b>Amortização Acumulada</b>				
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(244.969)</b>	-	<b>(2.131)</b>	<b>(247.100)</b>
Baixa	55.329	-	1.598	56.927
Amortização	(61.780)	-	(7.337)	(69.117)
Aquisição de controlada (c)	(1.898)	-	-	(1.898)
Operações descontinuadas (d)	83.712	-	-	83.712
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(169.606)</b>	-	<b>(7.870)</b>	<b>(177.476)</b>
<b>Saldo residual em 31/12/2020</b>	<b>261.323</b>	<b>444.774</b>	<b>111.541</b>	<b>817.638</b>
Vida útil estimada	5 e 10 anos			

(c) Aquisição da Paraná Clínicas e GNI22, conforme nota 4.4.1.1; e

(d) Alienação da carteira de auto e ramos elementares, conforme nota 13.

## (a) Custos de desenvolvimento e licenças de softwares

Representam, principalmente, dispêndios com desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, aplicativos, melhorias no site das companhias e das operações da SulAmérica, desenvolvimento de sistemas próprios e gastos com aquisição de licenças de softwares utilizados no âmbito operacional.

## (b) Ágio

Os ágios reconhecidos na SulAmérica, referem-se às seguintes transações:

- Ágio gerado na aquisição de participação de acionistas não controladores na SALIC pela SASA, em 1991, no montante de R\$1.970. No terceiro trimestre de 2020, houve a baixa do ágio devido à descontinuidade da operação;
- Ágio gerado na aquisição pela controlada SAEPAR, de participação de acionistas não controladores da SALIC, em oferta pública de ações realizada em 2008, no montante de R\$14.509. No terceiro trimestre de 2020, houve a baixa de parte do ágio, no montante de R\$7.096, devido à descontinuidade da operação;
- Ágio gerado na aquisição da companhia Dental Plan pela controlada CIA. SAÚDE em 2010, no montante de R\$30.300, posteriormente a Dental Plan foi incorporada pela SULAODONTO. Em dezembro de 2020, houve redução do ágio, no montante de R\$1.322, sendo R\$688 referentes a perdas definitivas das novas demandas e R\$634 referentes a perdas provenientes das demandas existentes (valor retido insuficiente);
- Ágio gerado na aquisição da DOCWAY pela controlada SAEPAR, em 07 de dezembro de 2018, no montante de R\$15.456;
- Ágio gerado na aquisição da PRODENT pela controlada SULAODONTO, em 31 de julho de 2019, no montante de R\$111.654. No segundo trimestre de 2020, foi realizado a mensuração subsequente do ágio em função da materialização de fatos e circunstâncias já existentes na data de aquisição ocasionando um ajuste de R\$3.651, conforme é exigido pela norma contábil. Em dezembro de 2020, houve redução do ágio, no montante de R\$1.322, sendo R\$688 referentes a perdas definitivas das novas demandas e R\$634 referentes a perdas provenientes das demandas existentes (valor retido insuficiente); e
- Ágio gerado na aquisição da Paraná Clínicas e GNI22 pela controlada SULAMED, em 10 de setembro de 2020, no montante de R\$284.886 e R\$38, respectivamente.

Conforme exigido pela norma contábil vigente, anualmente a SulAmérica realiza teste do valor recuperável do ágio decorrente da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) de seus ativos, através do modelo financeiro de desconto de dividendos. As premissas sobre as quais a SulAmérica baseou suas projeções e exerceu seu julgamento, decorrem das projeções orçamentárias aprovadas por seu Conselho de Administração para períodos entre 5 e até 10 anos, momento no qual se dará a estabilização dos fluxos financeiros em decorrência da maturação dos negócios. Tais projeções também levam em consideração o perfil regulatório dos ramos de negócio da SulAmérica, incluindo assim, a previsibilidade de manutenção do patamar financeiro para garantia de sua margem de solvência. Os índices utilizados no modelo de projeções, bem como, as taxas de desconto e crescimento em perpetuidade foram calculadas internamente, em conformidade com a mais recente avaliação do mercado em suas expectativas e tendências, elaborada por entidade independente e com as políticas de gestão de riscos da SulAmérica, como preconiza seu plano de negócios. Como resultado das avaliações realizadas em 31/12/2020, a SulAmérica concluiu que não houve redução ao valor recuperável. Adicionalmente, ainda no cenário de incerteza trazido pelo estado de alerta provocado pela COVID-19, a SulAmérica não tem indicativos que possam trazer impactos na estimativa de recuperabilidade dos respectivos ativos (vide nota 1.4).

## 17. Contas a pagar

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Obrigações a pagar	17.1	53.844	281.443	277.035
Encargos trabalhistas	-	-	-	52.254
Impostos e contribuições a pagar	17.2	12.965	5.998	210.749
Capitalização	19.2	-	-	1.065
Saúde administrada (a)	-	-	-	338.173
Outras contas a pagar	17.3	905	821	294.761
Passivos de arrendamento	-	204	182	175.610
<b>Total (b)</b>	<b>67.918</b>	<b>288.444</b>	<b>1.349.647</b>	<b>2.489.577</b>
<b>Circulante</b>	<b>67.738</b>	<b>288.319</b>	<b>1.117.144</b>	<b>2.254.179</b>
<b>Não circulante</b>	<b>180</b>	<b>125</b>	<b>232.503</b>	<b>235.398</b>

(a) Conforme nota 9.2, Saúde administrada é a modalidade em que a SulAmérica administra as despesas médicas e hospitalares em favor de seus clientes e é integralmente reembolsada pelos clientes; e

(b) A variação na rubrica "Contas a pagar" deve-se, principalmente, pela venda da carteira de capitalização conforme nota 1.2 e pagamento de dividendos obrigatórios realizado dentro do exercício de 2020.

## 17.1. Obrigações a pagar

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Refinanciamento fiscal - REFIS	-	-	-	50.578
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	53.111	280.868	53.111	280.868
Participações no lucro	-	-	-	79.381
Honorários e gratificações a pagar	-	-	-	44.707
Previdência privada	-	-	-	7.797
Benefícios a empregados	617	575	34.352	26.071
Outros	116	-	-	7.109
<b>Total</b>	<b>53.844</b>	<b>281.443</b>	<b>277.035</b>	<b>565.111</b>
<b>Circulante</b>	<b>53.844</b>	<b>281.443</b>	<b>249.243</b>	<b>542.075</b>
<b>Não circulante</b>	-	-	<b>27.792</b>	<b>23.036</b>

## REFIS

Em 11/2009, a controlada SULACAP (adquirida em 04/2013) aderiu ao REFIS referente a Lei nº 11.941/2009, com o objetivo de parcelar valores de principal devidos relativos principalmente à COFINS, CSLL e IRPJ, os quais se encontravam em discussão nas esferas administrativa ou judicial. O montante total das obrigações na data da adesão foi de R\$20.411 líquidos da redução dos benefícios previstos. O parcelamento prevê o pagamento em até 180 parcelas iguais e mensais, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC.

Em 08/2011, a controlada PRODENT aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (P.P.I.), instituído pela Prefeitura do Município de São Paulo, através da Lei nº 14.129 de 11 de janeiro de 2006, para regularização de débitos tributários relativos ao ISS do período de 2005 a 2009. O parcelamento prevê o pagamento do débito em 120 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas com base na variação da taxa SELIC. O montante total na data da adesão foi de R\$3.424, e está sendo pago por meio de guias expedidas mensalmente.

Em 12/2013, as controladas SULACAP, CIA. SAÚDE, SULASEG e SALIC aderiram a uma nova edição do REFIS, referente a Lei nº 12.865/2013, com o objetivo de parcelar em 30 vezes e quitar com depósito judicial, os valores relativos à CSLL, IRPJ, INSS e multas aplicadas pela ANS e ressarcimento ao SUS, que estavam em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial. O montante total das obrigações na data da adesão foi de R\$66.338, líquido da redução dos benefícios previstos, no qual está compreendido o valor de R\$14.204, registrado no passivo circulante, que será pago através da conversão em renda dos depósitos judiciais de INSS e multas aplicadas pela ANS e ressarcimento ao SUS. Em 04/2016, houve a conversão em renda dos depósitos de CSLL no valor de R\$4.159 da CIA. SAÚDE. Em 04/2016, SULACAP, CIA. SAÚDE e SALIC realizaram o pagamento da última parcela. Também já houve a conversão em renda do processo 201151010139791 de CSLL da controlada SULACAP. Com isso, os valores relativos à CSLL e ao IRPJ foram integralmente quitados, restando, tão somente, a conversão em renda dos depósitos judiciais relativos aos processos previdenciários das controladas SALIC, SULASEG e CIA. SAÚDE, de multas aplicadas pela ANS e ressarcimento ao SUS da controlada CIA. SAÚDE.

Em 16/11/2017, as controladas SULAMED e CIA. SAÚDE aderiram ao Programa de Regularização de Débitos Não Tributários - PRD instituído pela Medida Provisória (MP) nº 780, convertida na Lei nº 13.494/2017, com o escopo de parcelar valores relativos a débitos oriundos de multas aplicadas pela ANS, que estavam em discussão nas esferas administrativa e judicial. O parcelamento prevê o pagamento de 60 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC, sendo que o pagamento da 1ª parcela corresponde a 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, e o parcelamento do restante contou com redução de 60% dos juros e da multa de mora. O montante total na data da adesão foi de R\$23.452, e que será pago por meio de guias expedidas mensalmente.

Em 29/12/2017, a controlada PRODENT aderiu ao PRD instituído pela MP nº 780, convertida na Lei 13.494/2017, com o escopo de parcelar valores relativos a débitos oriundos de multas aplicadas pela ANS, que estavam em discussão nas esferas administrativa e judicial. O parcelamento prevê o pagamento de 60 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC, sendo que o pagamento da 1ª parcela corresponde a 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, e o parcelamento do restante contou com redução de 60% dos juros e da multa de mora. O montante total na data da adesão foi de R\$1.714, e que será pago por meio de guias expedidas mensalmente.

Em 31/12/2020, as obrigações totais referentes ao programa de refinanciamentos fiscais estão registradas na rubrica "Contas a Pagar", sendo R\$22.786 (R\$32.831 em 2019) no passivo circulante e R\$27.792 (R\$23.036 em 2019) no passivo não circulante.

## 17.2. Impostos e contribuições a pagar

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de Renda	5.649	-	11.560	95.399
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	81	131	37.022	24.123
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	-	-	24.212	80.125
Imposto Sobre Serviços - ISS	3	1	20.446	38.538
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.034	-	4.833	62.348
Contribuições PIS e COFINS	5.079	5.674	25.843	37.326
Contribuição INSS	118	113	38.126	39.846
Taxa de Saúde Suplementar	-	-	44.609	31.557
Outros	1	79	4.098	3.798
<b>Total</b>	<b>12.965</b>	<b>5.998</b>	<b>210.749</b>	<b>413.060</b>
<b>Circulante</b>	<b>12.965</b>	<b>5.998</b>	<b>210.749</b>	<b>413.060</b>

## 17.3. Outras contas a pagar

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a pagar - fornecedores	230	449	81.534	38.875
Compromissos mobiliários a pagar	38	-	83.295	111.923
Contas a pagar - fundos exclusivos	-	-	25.288	33.442
Contas a pagar diversos	637	372	104.644	83.956
<b>Total</b>	<b>905</b>	<b>821</b>	<b>294.761</b>	<b>268.196</b>
<b>Circulante</b>	<b>904</b>	<b>820</b>	<b>227.124</b>	<b>193.606</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>67.637</b>	<b>74.590</b>

## 18. Empréstimos e financiamentos

A seguir é apresentada a composição dos saldos de empréstimos e financiamentos da Companhia e suas principais características:

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
CCB - Banco do Brasil (a)	160.487	161.130	160.487	161.130
Debêntures (b)	1.429.872	1.590.726	1.429.872	1.590.726
Custo de aquisição	(1.716)	(2.802)	(1.716)	(2.802)
Leasing financeiro	-	-	1.033	1.298
<b>Total</b>	<b>1.588.643</b>	<b>1.749.054</b>	<b>1.589.676</b>	<b>1.750.352</b>
<b>Circulante</b>	<b>578.776</b>	<b>176.723</b>	<b>579.139</b>	<b>178.021</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.009.867</b>	<b>1.572.331</b>	<b>1.010.537</b>	<b>1.572.331</b>

## (a) Cédula de Crédito Bancário (CCB) - Banco do Brasil

Características	CCB Banco do Brasil	
	Valor	Valor
Data de emissão	R\$200.000	29/12/2015
Vencimento final (a)	10/01/2021	
Atualização monetária	Sem atualização	
Remuneração (a)	113,0% CDI	
Exigibilidade de juros	Trimestral	
Amortizações	10% no 1º ano, 10% no 2º ano e 80% no vencimento	
Garantia	Não há garantias	

(a) Alteração da data de vencimento e taxa de remuneração devido à repactuação da CCB em 01/03/2018.

## (b) Debêntures

Características	3ª emissão	4ª emissão	5ª emissão	6ª emissão	7ª emissão
	2ª Série	2ª Série	Série única	Série única	Série única
Convertibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária
Forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cauteles ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cauteles ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cauteles ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cauteles ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cauteles ou certificados
Quantidade de títulos	13.000 debêntures simples	293.680 debêntures simples	500.000 debêntures simples	700.000 debêntures simples	500.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$10	R\$1	R\$1	R\$1	R\$1
Data de emissão	16/05/2014	13/12/2016	27/10/2017	16/04/2019	10/03/2020
Vencimento inicial	15/05/2020	13/12/2019	27/10/2021	16/04/2022	10/12/2020
Vencimento final	15/05/2022	13/12/2021	27/10/2022	16/04/2024	10/12/2020
Atualização monetária	IPC	Sem atualização	Sem atualização	Sem atualização	Sem atualização
Remuneração	IPC+7,41% a.a.	114,00% CDI	108,00% CDI	111,5% CDI	DI + 0,75%
Exigibilidade de juros	Anual	Semestral	Semestral	Semestral	Semestral
Amortizações	Em 3 (três) parcelas anuais 2020, 2021 e 2022	Em 3 (três) parcelas anuais 2019, 2020 e 2021	Em 2 (duas) parcelas anuais 2021 e 2022	Em 3 (três) parcelas anuais 2022, 2023 e 2024	Bullet 2020
Repactuação	Não haverá	Não haverá	Não haverá	Não haverá	Não haverá
Resgate Antecipado	Somente através de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado	Somente através de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado	Somente através de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado	A Companhia pode realizar a partir de 16/04/2022	Somente através de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado
Oferta Facultativa de Resgate Antecipado	A Companhia pode realizar a qualquer tempo	A Companhia pode realizar a qualquer tempo	A Companhia pode realizar a qualquer tempo	A Companhia pode realizar a qualquer tempo	A Companhia pode realizar a qualquer tempo

## 18.1. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Emissão	Série	Saldo em 01/01/2019	Captação	Juros pagos	Amortização do principal	Despesas de juros e custo de transação	Consolidado
							Saldo em 31/12/2019
3ª Emissão	1ª série	124.347	-	(4.076)	(123.358)	3.087	-
3ª Emissão	2ª série	175.786	-	(12.642)	-	19.197	182.341
4ª Emissão	1ª série	206.945	-	(13.775)	(206.320)	13.150	-
4ª Emissão	2ª série	294.589	-	(20.018)	(97.884)	19.530	196.217
5ª Emissão	Série única	504.437	-	(32.999)	-	31.822	504.437
6ª Emissão	Série única	707.731	-	(22.736)	-	30.467	707.731
CCB	-	161.476	-	(10.915)	-	10.569	161.130
Leasing financeiro	-	5.227	-	(639)	(3.989)	699	1.298
Custo de transação	-	(3.049)	(1.162)	-	-	1.409	(2.802)
<b>Total</b>		<b>1.470.935</b> </					

## 20.1. Corretores de seguros

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
Seguro direto e retrocessão	65.776	117.495
Seguro direto - RVNE	2.241	12.050
Conseguo aceito	–	2.376
Outros	–	240
<b>Total (a)</b>	<b>68.017</b>	<b>132.161</b>
<b>Circulante</b>	<b>68.017</b>	<b>132.161</b>

(a) A variação refere-se basicamente a alienação da carteira de auto e ramos elementares, conforme nota 13.

## 20.2. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a SulAmérica, cujas apólices encontram-se em processo de emissão ou as parcelas de prêmios recebidas encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

Descrição	Consolidado			Total
	Prêmio direto	Capitalização (a)	Previdência	
De 01 a 30 dias	52.645	–	30.089	82.734
De 31 a 60 dias	3.578	–	218	3.796
De 61 a 120 dias	4.044	–	1.523	5.567
De 121 a 180 dias	2.252	–	586	2.838
De 181 a 365 dias	1.434	–	6.064	7.498
Acima de 365 dias	6.080	–	5.657	11.737
<b>Total</b>	<b>70.033</b>	<b>–</b>	<b>44.137</b>	<b>114.170</b>

(a) Conclusão da alienação da carteira de capitalização, conforme exposto na nota 1.2.

Descrição	Consolidado			Total
	Prêmio direto	Capitalização	Previdência	
De 01 a 30 dias	16.867	1.788	11.732	30.387
De 31 a 60 dias	3.383	156	256	3.795
De 61 a 120 dias	4.875	363	636	5.874
De 121 a 180 dias	3.912	41	483	4.436
De 181 a 365 dias	1.851	–	2.468	4.319
Acima de 365 dias	6.139	–	–	6.139
<b>Total</b>	<b>37.027</b>	<b>2.348</b>	<b>15.575</b>	<b>54.950</b>

## 21. Provisões técnicas de seguros

Descrição	Nota	Consolidado	
		2020	2019
<b>Provisões técnicas</b>			
Seguros		4.555.661	6.186.137
Saúde	21.1	4.141.710	3.335.201
Danos	21.2	22.398	2.532.557
Pessoas	21.3	391.553	318.379
Previdência privada	21.5	9.425.913	8.043.810
<b>Total</b>		<b>13.981.574</b>	<b>14.229.947</b>
<b>Circulante</b>		<b>6.215.396</b>	<b>7.439.543</b>
<b>Não circulante</b>		<b>7.766.178</b>	<b>6.790.404</b>

## 21.1. Saúde

Descrição	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão matemática de benefícios concedidos (Remissão)	Consolidado	
				Total	2019
<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>381.547</b>	<b>2.611.875</b>	<b>53.322</b>		
Aquisição do saldo Prodent	1.369	4.398	–		
Emissões	18.704.347	–	–		
Pagamentos / cancelamentos / baixas	(1.209.018)	(13.764.510)	(2.956)		
Prêmios ganhos	(17.457.833)	–	–		
Avisados / alterações	–	14.136.412	(288)		
Atualização monetária / juros	–	5.844	3.062		
Variação do IBNR	–	(132.370)	–		
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>420.412</b>	<b>2.861.649</b>	<b>53.140</b>	<b>3.335.201</b>	
<b>Circulante</b>				<b>3.269.990</b>	
<b>Não circulante</b>				<b>65.211</b>	

Descrição	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão matemática de benefícios concedidos (Remissão)	Consolidado	
				Total	2019
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>420.412</b>	<b>2.861.649</b>	<b>53.140</b>		
Aquisição do saldo da Paraná Clínicas (a)	–	42.493	61		
Emissões	19.884.080	–	–		
Pagamentos / cancelamentos / baixas	(1.276.583)	(13.807.010)	(5.365)		
Prêmios ganhos	(18.581.864)	–	–		
Avisados / alterações	–	13.729.421	9.622		
Atualização monetária / juros	–	6.326	3.263		
Variação do IBNR	–	802.065	–		
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>446.045</b>	<b>3.634.944</b>	<b>60.721</b>	<b>4.141.710</b>	
<b>Circulante</b>				<b>4.053.081</b>	
<b>Não circulante</b>				<b>88.629</b>	

(a) Aquisição do saldo da Paraná Clínicas, conforme nota 4.4.1.1.

## 21.2. Danos

Descrição	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Consolidado	
				Total	2019
<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>1.864.612</b>	<b>750.862</b>			
Emissões	3.795.805	–	–		
Pagamentos / cancelamentos / baixas	(282.214)	(2.537.795)	–		
Prêmios ganhos	(3.579.138)	–	–		
Avisados / alterações	–	2.491.550	–		
Atualização monetária / juros	–	30.848	–		
Variação do IBNR	–	(1.973)	–		
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>1.799.065</b>	<b>733.492</b>		<b>2.532.557</b>	
<b>Circulante</b>				<b>2.320.847</b>	
<b>Não circulante</b>				<b>211.710</b>	

Descrição	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Consolidado	
				Total	2019
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>1.799.065</b>	<b>733.492</b>			
Emissões	1.683.752	–	–		
Pagamentos / cancelamentos / baixas	(155.278)	(1.122.935)	–		
Prêmios ganhos	(1.699.850)	–	–		
Avisados / alterações	–	1.069.154	–		
Atualização monetária / juros	–	11.301	–		
Variação do IBNR	–	(5.116)	–		
Operações descontinuadas (a)	(1.627.689)	(663.498)	–		
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>–</b>	<b>22.398</b>		<b>22.398</b>	
<b>Circulante</b>				<b>19.011</b>	
<b>Não circulante</b>				<b>3.387</b>	

(a) Alienação da carteira de auto e ramos elementares, conforme nota 13.

## 21.3. Pessoas

A seguir, a informação de provisões técnicas de pessoas, sem previdência privada, que está sendo apresentada à parte, na nota 21.5, devido a suas especificidades:

Descrição	Consolidado			Total
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	
<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>22.928</b>	<b>261.582</b>	<b>10.275</b>	
Emissões	639.957	–	–	
Avisados, líquido de pagamentos e cancelamentos	(115.898)	(13.029)	(504)	
Prêmios ganhos	(500.826)	–	–	
Atualização monetária / juros	–	13.518	641	
Variação do IBNR	–	(265)	–	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>46.161</b>	<b>261.806</b>	<b>10.412</b>	<b>318.379</b>
<b>Circulante</b>				<b>199.495</b>
<b>Não circulante</b>				<b>118.884</b>

Descrição	Consolidado			Total
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>46.161</b>	<b>261.806</b>	<b>10.412</b>	
Emissões	600.251	–	–	
Avisados, líquido de pagamentos e cancelamentos	(92.349)	18.644	(568)	
Prêmios ganhos	(472.087)	–	–	
Atualização monetária / juros	–	15.023	633	
Variação do IBNR	–	3.627	–	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>81.976</b>	<b>299.100</b>	<b>10.477</b>	<b>391.553</b>
<b>Circulante</b>				<b>223.054</b>
<b>Não circulante</b>				<b>168.499</b>

## 21.4. Sinistros em disputa judicial

Em 31/12/2020 e 2019, a provisão de sinistros a liquidar contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas, principalmente, aos ramos de automóveis e vida. A posição demonstrada a seguir não contempla o IBNR judicial, que é contabilizado em rubrica específica de IBNR.

Descrição	Consolidado					
	Saúde			Danos		
	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado
Até 02 anos	4.447	3.634	4.483	4.678	4.879	5.864
02 a 05 anos	2.216	25.313	30.202	1.787	17.070	20.300
05 a 10 anos	731	15.051	19.678	627	13.139	18.732
Mais de 10 anos	145	9.677	12.026	95	4.411	5.193
<b>Total Saúde</b>	<b>7.539</b>	<b>53.675</b>	<b>66.389</b>	<b>7.187</b>	<b>39.499</b>	<b>50.089</b>
	2020			2019		
Descrição	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado
Até 02 anos	7	60	6	3.397	151.300	65.593
02 a 05 anos	16	465	289	1.901	142.418	72.436
05 a 10 anos	26	789	470	907	117.389	65.434
Mais de 10 anos	44	4.610	3.942	365	95.346	58.706
<b>Total Danos</b>	<b>93</b>	<b>5.924</b>	<b>4.707</b>	<b>6.570</b>	<b>506.453</b>	<b>262.169</b>

Descrição	Pessoas			Pessoas		
	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado
Até 02 anos	920	97.247	31.400	1.007	83.541	24.003
02 a 05 anos	894	85.757	32.099	1.041	89.382	30.797
05 a 10 anos	642	99.376	44.213	569	94.947	38.673
Mais de 10 anos	207	61.539	33.588	189	57.093	26.064
<b>Total Pessoas</b>	<b>2.663</b>	<b>343.919</b>	<b>141.300</b>	<b>2.806</b>	<b>324.963</b>	<b>119.537</b>
<b>Total</b>	<b>10.295</b>	<b>403.518</b>	<b>212.396</b>	<b>16.563</b>	<b>870.915</b>	<b>431.795</b>

Os sinistros civis judiciais de massa são provisionados com base na experiência de pagamentos observada em processos encerrados nos últimos anos, de acordo com sua probabilidade de perda associada. Os sinistros civis especiais, que possuem características singulares, seguem a CPC 25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes sendo provisionados apenas os sinistros cuja probabilidade de perda é “provável”. Em 31/12/2020, o valor em discussão dos sinistros em processos judiciais civis, que não possui a provisão devido a sua probabilidade de perda ser “possível” é de R\$151.050 (R\$144.916 em 2019), brutos de resseguro. O montante do resseguro desses sinistros é de R\$62.674 (R\$56.393 em 2019). Dessa forma, o valor residual em discussão é de R\$88.376 (R\$88.523 em 2019).

A variação no segmento de danos refere-se basicamente a alienação da carteira de auto e ramos elementares conforme nota 13.

## 21.5. Previdência privada

Descrição	Consolidado			Total
	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Provisão de insuficiência de contribuições	
<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>6.426.715</b>	<b>521.801</b>	<b>189.465</b>	
Constituições / (reversões)	735.179	17.591	(3.605)	
Portabilidade de entrada	837.263	–	–	
Portabilidade de saída	(851.260)	–	–	
Resgates	(413.830)	–	–	
Benefícios	–	(105.631)	–	
Transferências	(64.254)	64.254	–	
Atualização monetária / juros / rentabilidade	591.869	58.744	23.020	
<b>Subtotal</b>	<b>7.261.682</b>	<b>556.759</b>	<b>208.880</b>	<b>8.027.321</b>
<b>Outras</b>				<b>16.489</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>				<b>8.043.810</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.649.211</b>
<b>Não circulante</b>				<b>6.394.599</b>

Descrição	Consolidado			Total
	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Provisão de insuficiência de contribuições	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>7.261.682</b>	<b>556.759</b>	<b>208.880</b>	
Constituições / (reversões)	826.156	17.867	(16.762)	
Portabilidade de entrada	1.521.775	–	–	
Portabilidade de saída	(834.803)	–	–	
Resgates	(531.327)	–	–	
Benefícios	–	(103.324)	–	
Transferências	(60.914)	60.914	–	
Atualização monetária / juros / rentabilidade	283.928	163.034	59.109	
<b>Subtotal</b>	<b>8.466.497</b>	<b>695.250</b>	<b>251.227</b>	<b>9.412.974</b>
<b>Outras</b>				<b>12.939</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>				<b>9.425.913</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.920.249</b>
<b>Não circulante</b>				<b>7.505.664</b>

## 21.6. Garantia das provisões técnicas

Essa nota explicativa apresenta os saldos de provisões técnicas registrados nas controladas reguladas pela SUSEP e ANS, sem adequações às práticas contábeis adotadas nestas demonstrações financeiras. O objetivo desta nota é apenas demonstrar a obrigação regulatória daquelas empresas, em uma visão consolidada. Os ativos dados em garantia das referidas provisões técnicas, são registrados em câmaras de custódia em conta de reserva técnica. No caso das empresas reguladas pela SUSEP, o órgão fiscalizador autoriza a seguradora a ter livre movimentação a cada ano. As empresas reguladas pela ANS, exceto a SULAMED, ainda não possuem autorização para livre movimentação, desta forma, estes ativos somente podem ser

### 22.2.1. Obrigações fiscais

As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2020 e 2019 são:

#### COFINS

As controladas das áreas de seguros e previdência, SALIC, SULASEG, CIA. SAÚDE e SAÚDE, incorporada pela CIA. SAÚDE, questionam judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidentes sobre as receitas obtidas com prêmios emitidos, em decorrência da comercialização das apólices de seguros e previdência. Em junho de 2018, o pleno do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o RE 578.846, em sede de repercussão geral, pelo qual foi reafirmado a constitucionalidade da exigência da alíquota majorada da COFINS devida por instituições financeiras e entidades de seguro. As controladas ainda questionam a incidência da COFINS sobre a receita da atividade de seguro (Lei 9.718/98). Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda em relação à majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e remota sobre outras receitas. Os valores questionados no passado estavam sendo depositados judicialmente e provisionados e, atualmente, as companhias estão recolhendo a contribuição majorada em 1% incidente sobre as receitas da atividade.

O Decreto nº 8.426, de 01 de abril de 2015, restabeleceu a alíquota de 4% de contribuição para a COFINS, para as empresas que se encontram no regime não cumulativo, incidentes sobre receitas financeiras, até então isentas de tributação. Diante disso, a controladora e as controladas SAEPAR e SANTA CRUZ impetraram um Mandado de Segurança com pedido de concessão de medida liminar para não serem submetidas à referida contribuição sobre as receitas financeiras. Atualmente as companhias estão recolhendo as contribuições. Os advogados responsáveis pela causa reputam como possíveis as chances de perda.

As controladas CIA. SAÚDE e SALIC ajuizaram Mandado de Segurança para questionar a incidência da COFINS sobre as receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores das reservas técnicas auferidas a partir de 2017. A CIA. SAÚDE realizou depósitos judiciais até a competência dezembro de 2019 com o objetivo de suspender a exigibilidade do crédito tributário. A SALIC, por sua vez, realizou os depósitos judiciais do período de 01/2017 a 11/2020 que ocorreu no mês de dezembro de 2020.

#### PIS

As controladas das áreas de seguros, de previdência privada e capitalização, questionam judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta operacional estabelecida pelas Emendas Constitucionais nº 01/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados estão depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a probabilidade de perda, sendo remota em relação à ofensa aos princípios constitucionais da anterioridade e irretroatividade.

As controladas SALIC, SANTA CRUZ e SULASEG obtiveram decisão transitada em julgado nos autos do processo 9701070780, assegurando o direito de calcular e pagar o PIS, no período de julho de 1997 a fevereiro de 1998, de acordo com a Lei Complementar nº 07/1970, sem observar as regras da Emenda Constitucional (EC) 17/1997 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram. Com isso, reverteram a provisão relativa a esta parcela, no montante de R\$13.777 e aguardam o levantamento e a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados nos autos deste processo. Os demais processos sobre o tema permanecem aguardando decisão.

Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) nos autos do processo 9600055696, assegurando às suas controladas SANTA CRUZ, SULACAP, SALIC e CIA. SAÚDE, o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 07/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Desta forma, em 2013, realizamos a baixa do valor de R\$55.235, e iniciamos os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. As demais companhias permanecem aguardando decisão em suas ações.

O Decreto nº 8.426, de 01 de abril de 2015, restabeleceu a alíquota de 0,65% de contribuição para o PIS, para as empresas que se encontram no regime não cumulativo, incidentes sobre receitas financeiras, até então isentas de tributação. Diante disso, a Controladora e as controladas SAEPAR e SANTA CRUZ impetraram um Mandado de Segurança com pedido de concessão de medida liminar para não serem submetidas às referidas contribuições sobre as receitas financeiras. Atualmente as companhias estão recolhendo as contribuições. Os advogados responsáveis pela causa reputam como possíveis as chances de perda.

As controladas CIA. SAÚDE e SALIC ajuizaram Mandado de Segurança para questionar a incidência da Contribuição para o PIS sobre as receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores das reservas técnicas auferidas a partir de 2017. A CIA. SAÚDE realizou depósitos judiciais até a competência dezembro de 2019 com o objetivo de suspender a exigibilidade do crédito tributário. A SALIC, por sua vez, realizou os depósitos judiciais do período de 01/2017 a 11/2020 que ocorreu no mês de dezembro de 2020.

#### IRPJ

A partir de 01/01/1997, dado o advento da Lei nº 9.316/1996, as despesas relacionadas com a CSLL passaram a ser inadmitidas para fins de dedução na base de cálculo do Imposto de Renda. Em decorrência da alteração legislativa acima mencionada, a Companhia e suas controladas SANTA CRUZ, SULASAÚDE (incorporada pela CIA. SAÚDE), SULASEG, SALIC, SAMI, CIA. SAÚDE E SAEPAR impetraram mandado de segurança, obtendo liminar que as franqueou proceder com o depósito judicial da parcela em disputa. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional, em sede de repercussão geral, o referido dispositivo legal, declarando que tal alteração legislativa estava em perfeita consonância com o ordenamento legal, obstando, por conseguinte, a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. A partir de então, a Companhia passou a não deduzir a despesa de Contribuição Social na base de cálculo do Imposto de Renda. Nestes termos, os valores questionados estão depositados judicialmente e provisionados, em sua totalidade. As controladas SULASEG, SANTA CRUZ, CIA. SAÚDE e SALIC tiveram conversão em renda dos depósitos judiciais de suas ações. O valor baixado no mês de dezembro de 2018 foi de R\$87.836. Adicionalmente, as controladas SANTA CRUZ, CIA. SAÚDE e SASA, tiveram conversão em renda dos valores depositados nos autos de seus processos. O montante baixado foi de R\$8.852. A controlada SAEPAR obteve decisão judicial desfavorável transitada em julgado nos autos de seu processo em que discutia a matéria. Com isso, os depósitos judiciais realizados nos autos foram integralmente convertidos em renda. O montante baixado foi de R\$8.269. As controladas SANTA CRUZ e SAMI também tiveram a conversão em renda de dois de seus processos sobre a matéria. Com isso, procederam a baixa do montante de R\$580 e R\$4.302, respectivamente.

#### CSLL

De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a CSLL à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. As controladas da atividade de seguros obtiveram liminar para recolher a Contribuição Social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda.

Com a edição da Lei nº 11.727/2008, as controladas da área financeira, de seguros, de previdência privada e capitalização ficaram sujeitas à majoração da alíquota da contribuição social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, as controladas de seguros e previdência complementar e a controlada SAMI passaram a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando integralmente até agosto de 2017 os valores questionados. A partir de setembro de 2017, as Companhias optaram por descontinuar os depósitos judiciais e passaram a recolher os valores questionados. Em função de decisão desfavorável nas controladas SAMI e SULACAP nas ações que discutiam essa matéria, os advogados que patrocinam as ações alteraram a probabilidade de perda das demais controladas de possível para provável. Das Companhias que tiveram decisão desfavorável, somente a SAMI teve o valor depositado, no montante de R\$17.694, integralmente convertido em renda.

Adicionalmente, com a edição do artigo 72, III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 10/1996, as controladas passaram a ficar sujeitas ao recolhimento da CSLL à alíquota de 30%. Assim, foram impetrados os seguintes Mandados de Segurança: (i) 96.0011556-7 pela Sul América Seguros Gerais S.A., incorporada pela SANTA CRUZ; e (ii) 97.0002392-3 pela SULASAÚDE (incorporada pela CIA. SAÚDE). As companhias aguardam decisão nestes processos, cuja probabilidade de perda é provável, sendo remota em relação à ofensa aos princípios constitucionais da anterioridade e irretroatividade.

A controlada SULACAP teve conversão em renda integral dos valores depositados nos autos do processo 200851010153922 referente ao processo de Majoração da Alíquota da CSLL em 6% instituída pela Lei nº 11.727/2008, no montante de R\$26.920. As controladas SALIC, SULASEG e CIA. SAÚDE tiveram decisão desfavorável transitada em julgado nos autos do processo 200851010144052 e aguardam a conversão em renda dos valores depositados e a controlada CIA. SAÚDE, em função do quadro jurisprudencial desfavorável nesta discussão, optou por requerer sua desistência nos autos do processo 200851015202327.

A controlada CIA. SAÚDE teve conversão em renda dos valores depositados nos autos do processo 9700121291 em julho de 2019, onde se discutia a majoração da alíquota da CSLL em 10%, instituída pela Lei nº 9.316/1996, no montante de R\$22.784. Ainda em relação a esta mesma ação, teve a conversão em renda do saldo remanescente dos valores depositados no montante de R\$830 em novembro de 2020. Com isso, o valor deste processo foi baixado em sua integralidade.

### 22.2.2. Provisões judiciais

As principais ações de provisões judiciais em 31/12/2020 e 2019 são:

#### INSS

As controladas das áreas de seguro, previdência privada e capitalização questionam e depositavam judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados se encontram com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda. No mês de junho de 2015, a CIA. SAÚDE, SALIC, SULACAP e SULASEG decidiram passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão.

No mês de junho de 2020, as Controladas SALIC e SANTA CRUZ obtiveram decisão desfavorável transitada em julgado em um dos processos em que discutem a matéria e aguardam a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados nos autos. As demais Companhias permanecem aguardando decisão nos autos de suas ações. A SANTA CRUZ teve a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados nos autos de um de seus processos sobre a matéria. O montante baixado foi de R\$8.527.

No mês de agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.673, no qual declarou a constitucionalidade do caput, do inciso III e do § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/1991, na redação dada pelo art. 1º da Lei nº 9.876/1999, reconhecendo, conseqüentemente, a higidez constitucional da incidência de contribuição para seguridade social sobre os valores repassados pelas seguradoras, a título de comissão, aos corretores de seguros.

### 22.2.3. Contingências

Em 31/12/2020 e 2019, o valor total em discussão dos processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível pela Administração e pelos advogados que patrocinam as causas é de:

Descrição	2020	2019
Fiscais (a)	1.817.689	1.793.058
Cíveis (b)	188.727	334.388
Trabalhistas	66.677	75.183
<b>Total</b>	<b>2.073.093</b>	<b>2.202.629</b>

(a) Em 31/12/2020, do valor total de R\$1.817.689 (R\$1.793.058 em 2019), o montante de R\$14.799 (R\$13.806 em 2019) está provisionado por se referir basicamente a obrigações legais. A parcela não provisionada, no montante de R\$1.802.890 (R\$1.779.252 em 2019) é composta, principalmente, por: (i) autos de infração lavrados em face das controladas CIA. SAÚDE e SALIC, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação das controladoras SLT Participações S.A. e STA Participações S.A., respectivamente, nos anos calendários 2005, 2006 e 2007; (ii) não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa; (iii) glosa do prejuízo fiscal e base negativa; (iv) exigência de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras vinculadas a ativos garantidores de provisões técnicas; (v) processo que pretende cobrar débitos de ISS decorrente de suposta falta de recolhimento do imposto sobre os serviços prestados no Município de São Paulo. Para este caso, os consultores legais atribuem probabilidade de perda remota; e (vi) auto de infração lavrado pelo Município do Rio de Janeiro para cobrança de ISS sobre seguro saúde; e

(b) A redução nas causas cuja expectativa de perda é possível foi provocada basicamente por encerramento e reavaliação da necessidade de desembolso futuro de várias causas de natureza cível.

#### 23. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração.

##### 23.1. Transações

As principais transações são:

Descrição	Categoria	Controladora	Companhia			
			Ativo	Passivo	2020	2019
Sulasapar Participações S.A. (a) (b)	Controladora	Sulasa Participações S.A.	–	–	13.551	71.981
Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (d)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	239	239	–	–
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (b)	Controlada direta	Sul América S.A.	–	52.833	–	–
Sul América Companhia de Seguro Saúde (c) (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia Nacional de Seguros	25.260	20.485	–	–
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (h)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	2.220	1.322	17	–
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (d) (h)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	2.524	1.854	21	–
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	3.067	2.930	28	–
Sul América Companhia Nacional de Seguros (b) (c) (d) (g)	Controlada indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	21.804	112.658	218	399
Sul América Serviços de Saúde S.A. (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	21	–
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (a) (b)	Outros	Outros	–	–	38.450	1.794
<b>Total</b>			<b>55.114</b>	<b>192.321</b>	<b>52.306</b>	<b>74.174</b>

Descrição	Categoria	Controladora	Companhia			
			Receita	Despesa	2020	2019
Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (i)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	–	3	–	–
Sul América Companhia de Seguro Saúde (j)	Controlada indireta	Sul América Companhia Nacional de Seguros	–	–	(6)	–
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (h)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	(217)	(1)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (h)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	–	–	(265)	(1)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (f)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	(11)	(13)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	(180)	(211)
<b>Total</b>			<b>–</b>	<b>3</b>	<b>(679)</b>	<b>(226)</b>

(a) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios;

(b) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios;

(c) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo basicamente de reembolso de despesas administrativas que são liquidadas no mês subsequente ao da operação;

(d) Valor referente ao reembolso das controladas com planos de incentivos em ações (stock options) de emissão da Companhia oferecidos aos administradores das empresas do grupo;

(e) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia;

(f) Valor referente ao seguro de vida grupal complementar oferecido a todos os colaboradores;

(g) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da matriz entre companhias da SulAmérica, a liquidação financeira ocorre no mês de abril;

(h) Valor referente à taxa de administração de 0,25% sobre a carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente;

(i) Valor referente à contratação de títulos de capitalização, na modalidade incentivo; e

(j) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia.

Descrição	Categoria	Controladora	Consolidado			
			Ativo	Passivo	2020	2019
Sulasapar Participações S.A. (a) (b)	Controladora	Sulasa Participações S.A.	–	–	13.551	71.981
Nova Ação Participações S.A. (e)	Ligada	Sulasapar Participações S.A.	–	78	–	–
Sharecare Brasil Serv. de Consultoria Ltda (d) (g) (i)	Coligada	Sharecare Digital Health International Limited	13	–	5.255	11.123
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (a) (b) (c) (d) (f)	Outros	Outros	44	145	118.956	96.241
<b>Total</b>			<b>57</b>	<b>223</b>	<b>137.762</b>	<b>179.345</b>

Descrição	Categoria	Controladora	Consolidado			
			Receita	Despesa	2020	2019
Sharecare Brasil Serv. de Consultoria Ltda (d) (g) (i)	Coligada	Sharecare Digital Health International Limited	4.681	3.598	(76.816)	(88.485)
Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (g) (h)	Coligada	Outros	1.769	–	(129)	–
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (c) (d) (f) (g) (h)	Outros	Outros	5.790	6.769	(14.590)	(31.183)
<b>Total</b>			<b>12.240</b>	<b>10.367</b>	<b>(91.535)</b>	<b>(119.668)</b>

(a) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios;

(b) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios;

(c) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente;

(d) Valor referente à prestação de serviços e soluções em saúde;

(e) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da Matriz e sede Pinheiros entre companhias da SulAmérica;

(f) Valores referentes a operações de seguros e previdência entre as companhias e pessoal-chave da administração, familiares e suas respectivas empresas controladas;

(g) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da companhia contratado junto a empresas do grupo;

(h) Valor referente à prestação de serviços;

(i) Valor referente ao seguro de vida dos funcionários da companhia contratado junto a empresas do grupo; e

(j) Valor da taxa de gestão e administração, recebida pela SAMI e SAGA, de fundos exclusivos em que o pessoal-chave é cotista.

Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") recebidos e pagos pela Companhia, até 31/12/2020 e 2019, estão demonstrados a seguir:

	Companhia			
	Dividendos e JCP recebidos		Dividendos e JCP pagos	
	2020	2019	2020	2019
SAEPAR	522.385	31.186	–	–
CIA. SAÚDE	262.658	151.532	–	–
SALIC	86.132	52.521	–	–
SAH	530.092	–	–	–
SULASAPAR	–	–	211.231	55.009
Acionistas não controladores	–	–	617.088	159.923
<b>Total</b>	<b>1.401.267</b>	<b>235.239</b>	<b>828.319</b>	<b>214.932</b>

Em 31/12/2020, no consolidado, não foram recebidos dividendos através de suas controladas (R\$33.130 em 2019). Adicionalmente, em 2020 e 2019 não foram pagos dividendos, através de suas controladas para os demais acionistas, além dos dividendos informados como pagamento da Companhia.

#### 23.2. Remuneração da Administração

A Administração da SulAmérica é composta pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia e das controladas, inclusive membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração. As despesas com remuneração da Administração, pagas ou a pagar, estão demonstradas a seguir. As tabelas incluem também despesas relativas ao custeio dos planos de incentivo baseado em ações da Companhia.

	Companhia			
	Benefícios de curto prazo a administradores		Incentivo de ações	
	2020	2019	2020	2019
Contas a pagar				
2020	70	–	–	70
2019	76	–	–	76
Despesas				
2020	(5.917)	(16)	(16)	(5.933)
2019	(5.388)	(24)	(24)	(5.412)

	Consolidado			
	Benefícios de curto prazo a administradores		Benefícios pós-emprego	
	2020	2019	2020	2019
Contas a pagar				
2020	46.709	4.517	–	51.226
2019	74.719	6.524	–	81.243
Despesas				
2020	(79.145)	(1.757)	(10.313)	(91.215)
2019	(111.250)	(1.996)	(10.481)	(123.727)

#### Plano geral de opção de compra de ações de emissão da Companhia

A seguir, as características dos planos de incentivo baseados em ações bonificadas:

#### Programa de opções bonificadas

O programa de opções bonificadas foi instituído em 2011 e nesta modalidade o executivo opta por ingressar no programa utilizando parte de sua remuneração variável de curto prazo para a aquisição de units da Companhia ("units vinculadas"). Para cada unit adquirida, o executivo receberá uma quantidade de opções bonificadas em contrapartida.

Os executivos passam a ter o direito de exercer as opções bonificadas (vesting date) a partir do terceiro ano, na proporção de 33%, 33% e 34% a cada ano, e extensão de vigência de um ano, totalizando 6 anos de vigência, ao todo, quando expiram os incentivos em ações não exercidos.

Em 01 de abril de 2020, o Conselho de Administração aprovou o programa de 2020, sendo outorgadas 768.880 opções bonificadas, em contrapartida à aquisição de 282.000 units vinculadas. O valor justo das opções outorgadas em 2020 é de R\$33,80, com base na cotação da data anterior a data da outorga. As movimentações ocorridas no saldo de opções bonificadas já outorgadas estão resumidas a seguir:

	Companhia			
	Opções de units (quantidade)			Preço médio ponderado do exercício (b)
	Units	ON	PN	(em reais)
<b>Saldo de opções bonificadas em aberto em 01/01/2019</b>	<b>3.776.759</b>	<b>3.776.759</b>	<b>7.553.</b>	

**24.1.1. Capital social autorizado**

Independente dos aumentos de capital deliberados em Assembleia Geral, a Companhia poderá elevar o seu capital social, além das ações já existentes, até o limite de 450 milhões de novas ações ordinárias e/ou preferenciais, sem necessidade de reforma estatutária, observado o limite legal para cada espécie de ação, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie e classe das ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de colocação.

O Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante a venda em bolsa ou subscrição pública, conforme previsto no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

As ações preferenciais têm direito a: (i) prioridade no reembolso de seu valor patrimonial em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio; (ii) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle da Companhia, de forma que lhes assegure tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante; (iii) dividendos pelo menos iguais ao das ações ordinárias; e (iv) voto, somente nas matérias elencadas no Estatuto Social.

**24.2. Reservas****24.2.1. Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

**24.2.2. Reserva estatutária**

A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal e dividendos, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, não poderá exceder o montante do capital social, conforme descrito no Estatuto Social. Esta reserva tem a finalidade de:

- (i) Assegurar recursos para investimentos em bens de ativo permanente;
- (ii) Reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e
- (iii) Financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia.

A constituição da reserva estatutária pode ser dispensada por deliberação da Assembleia Geral na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório. Uma vez atingido o limite estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a destinação: para capitalização ou para distribuição de dividendos aos acionistas.

**24.2.3. Reserva de capital**

A aquisição da totalidade da participação detida pela Saspar Participações S.A. (SASPAR) no capital social da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP, equivalente a 83,27% do seu capital social e votante pela controlada SANTA CRUZ, foi concluída em 25/04/2013.

Decorridos 7 (sete) anos da data de fechamento, conforme determinação do respectivo contrato, decidiram as Partes, de boa-fé, negociar o valor para a liquidação de todas as obrigações pendentes entre elas. Os termos e condições do instrumento de encerramento (Termo de Pagamento e Quitação Recíproca ou Termo) foram submetidos a um escritório de advocacia independente, escolhido de comum acordo entre vendedora e compradora, que emitiu relatório de análise favorável.

Em 23 de setembro de 2020, foi assinado o termo no qual as partes resolverem extinguir definitivamente as obrigações de parte a parte, nos termos do contrato, incluindo a obrigação de indenização de perdas e de pagamento do saldo do incremento máximo de preço, para nada mais exigirem uma da outra a esse respeito, mediante o pagamento pela compradora à vendedora de R\$46 milhões a título de ajuste de preço.

Resumidamente, o ajuste de preço foi apurado com base no incremento máximo de preço líquido das perdas definidas, perdas indenizáveis pendentes e somado às superveniências ativas materializadas, considerando seus respectivos efeitos fiscais, até a data de assinatura do termo.

O ajuste de preço que representa diferença adicional entre o valor da aquisição e do valor patrimonial da SULACAP foi contabilizado como transação de capital entre sócios no patrimônio líquido na rubrica "Reservas de capital".

**24.3. Ajustes de avaliação patrimonial**

A rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária.

**24.4. Ações em tesouraria**

A seguir, a movimentação referente às ações em tesouraria:

Companhia	Preço médio ponderado das Units no período (em reais)		
	Units	ON	PN
<b>Movimentação das ações em tesouraria</b>			
<b>Ações em tesouraria em 01/01/2019</b>	<b>7.243.628</b>	<b>7.243.628</b>	<b>14.487.261</b>
Ações relativas a opções exercidas no exercício - bonificadas	(1.167.987)	(1.167.987)	(2.335.974)
Alienação de ações no exercício - bonificadas	(270.000)	(270.000)	(540.000)
Aquisição de ações no exercício - bonificadas	897.792	897.792	1.795.584
<b>Ações em tesouraria em 31/12/2019</b>	<b>6.703.433</b>	<b>6.703.433</b>	<b>13.406.871</b>
Recuperação de ações no mercado - Programa de recompra (b)	13.977.551	13.977.551	27.955.102
Ações relativas a opções exercidas no período - bonificadas	(823.948)	(823.948)	(1.647.896)
Alienação de ações no período - bonificadas	(282.000)	(282.000)	(564.000)
Aquisição de ações no período - bonificadas	956.431	956.431	1.912.862
Bonificações e demais movimentações acionárias	324.579	324.579	649.160
<b>Ações em tesouraria em 31/12/2020 (a)</b>	<b>20.856.046</b>	<b>20.856.046</b>	<b>41.712.099</b>

(a) As units, recompradas para manutenção em tesouraria são desconstituídas em 1 ação ordinária e 2 preferenciais cada uma, representando, em 31/12/2020, 20.856.046 (6.703.433 em 2019) ações ordinárias e 41.712.099 (13.406.871 em 2019) ações preferenciais; e

(b) O montante de 13.977.551 units recompradas pela Companhia no período tem como finalidade maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia, uma vez que, na visão da Administração, o valor atual das suas ações no mercado não reflete o valor real dos seus ativos e a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados, conforme o programa de recompra de ações divulgado ao mercado através de fato relevante em maio/2020. Adicionalmente, conforme divulgado no fato relevante em dezembro/2020, foi lançado um novo programa de recompra de ações pela Companhia com o prazo para recompra de até 18 (dezoito) meses, com o mesmo objetivo do programa de recompra anterior.

As compras e vendas de ações em tesouraria, ocorridas no período de 31/12/2020, foram de R\$677.590 e R\$9.532 (R\$36.585 de compras e R\$8.046 de vendas em 2019). Tais compras e vendas foram registradas sob as rubricas "Ações em tesouraria" e "Reservas de capital", sendo o custo mínimo de aquisição de units, para 31/12/2020, R\$34,31 (R\$30,47 em 2019) e o máximo de R\$65,00 (R\$53,80 em 2019). O valor de mercado das units, calculado com base na última cotação em 31/12/2020, é de R\$44,35 (R\$59,92 em 2019).

**24.5. Política de distribuição de dividendos****24.5.1. Dividendos obrigatórios**

O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor.

**24.5.2. Dividendos adicionais**

Os dividendos adicionais são aqueles propostos acima do montante obrigatório em um exercício social e aprovados para pagamento pela Assembleia Geral de Acionistas no ano seguinte.

**24.6. Resultado por ação**

O lucro líquido por ação ordinária e preferencial considera não só as ações ordinárias e preferenciais em circulação, mas também as potenciais emissões e cancelamentos (diluidores e antidiluidores), decorrentes do plano geral de opção de aquisição de ações de emissão da Companhia.

Como o lucro por ação atribuível aos acionistas controladores da Companhia é igual ao da SulAmérica, apenas um conjunto de informações está apresentado a seguir:

Companhia	Preço médio ponderado das Units no período (em reais)		
	Units	ON	PN
<b>2020</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Total</b>
<b>Lucro líquido das operações continuadas do exercício atribuído às ações</b>	<b>399.788</b>	<b>397.822</b>	<b>797.610</b>
<b>Lucro líquido das operações descontinuadas do exercício atribuído às ações</b>	<b>777.017</b>	<b>773.196</b>	<b>1.550.213</b>
<b>Lucro líquido do exercício atribuído às ações</b>	<b>1.176.805</b>	<b>1.171.018</b>	<b>2.347.823</b>
Média ponderada do número de ações	593.876.162	590.955.438	1.184.831.600
Média ponderada do número de ações em tesouraria	(10.092.018)	(20.184.036)	(30.276.054)
Média ponderada das ações em circulação - básico	583.784.144	570.771.402	1.154.555.546
<b>Lucro por ação - básico (a) (em R\$)</b>	<b>2,0158</b>	<b>2,0516</b>	<b>2,0335</b>
<b>Fator diluidor:</b>			
Média ponderada das quantidades de concessões e cancelamentos dos incentivos em ações de emissão da companhia	2.702.424	5.404.847	8.107.271
Média ponderada das ações em circulação - diluído	586.486.568	576.176.249	1.162.662.817
<b>Lucro por ação - diluído (b) (em R\$)</b>	<b>2,0065</b>	<b>2,0324</b>	<b>2,0193</b>

Companhia	Preço médio ponderado das Units no período (em reais)		
	Units	ON	PN
<b>2019</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Total</b>
<b>Lucro líquido das operações continuadas do exercício atribuído às ações</b>	<b>522.125</b>	<b>513.556</b>	<b>1.035.681</b>
<b>Lucro líquido das operações descontinuadas do exercício atribuído às ações</b>	<b>74.060</b>	<b>72.844</b>	<b>146.904</b>
<b>Lucro líquido do exercício atribuído às ações</b>	<b>596.185</b>	<b>586.400</b>	<b>1.182.585</b>
Média ponderada do número de ações	592.688.393	589.773.510	1.182.461.903
Média ponderada do número de ações em tesouraria	(6.982.256)	(13.964.512)	(20.946.768)
Média ponderada das ações em circulação - básico	585.706.137	575.808.998	1.161.515.135
<b>Lucro por ação - básico (a) (em R\$)</b>	<b>1,0179</b>	<b>1,0184</b>	<b>1,0181</b>
<b>Fator diluidor:</b>			
Média ponderada das quantidades de concessões e cancelamentos dos incentivos em ações de emissão da companhia	3.407.470	6.814.940	10.222.410
Média ponderada das ações em circulação - diluído	589.113.607	582.623.938	1.171.737.545
<b>Lucro por ação - diluído (b) (em R\$)</b>	<b>1,0120</b>	<b>1,0065</b>	<b>1,0093</b>

**(a) Básico**

O lucro por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria.

**(b) Diluído**

O lucro por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria.

O ajuste na média ponderada considera as quantidades das concessões e cancelamentos emitidos para o plano de incentivo em ações de emissão da Companhia durante o período.

**24.7. Distribuição do resultado**

Companhia	Preço médio ponderado das Units no período (em reais)	
	2020	2019
<b>Descrição</b>		
<b>Lucros antes dos impostos</b>	<b>2.255.603</b>	<b>1.182.286</b>
(-) Impostos	92.220	299
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.347.823</b>	<b>1.182.585</b>
(+) Outros ajustes	(135)	(66)
<b>Lucro líquido após outros ajustes</b>	<b>2.347.688</b>	<b>1.182.519</b>
Constituição da reserva legal (5%)	(117.384)	(59.126)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>2.230.304</b>	<b>1.123.393</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
<b>25% do lucro líquido ajustado (a)</b>	<b>557.576</b>	<b>280.848</b>
<b>(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios (b)</b>	<b>343.000</b>	<b>-</b>
<b>(-) Juros sobre o capital próprio líquido a serem considerados nos dividendos obrigatórios (b)</b>	<b>214.576</b>	<b>149.764</b>
<b>(-) Juros sobre o capital próprio líquido não considerados nos dividendos obrigatórios</b>	<b>42.950</b>	<b>-</b>
Bruto	290.000	170.000
Imposto de renda	(32.474)	(20.236)
<b>Total dos dividendos a pagar (c) = (a) - (b)</b>	<b>-</b>	<b>131.084</b>
<b>Destinação:</b>		
<b>Constituição de reserva estatutária</b>	<b>1.597.304</b>	<b>822.309</b>

**25. Informações por segmento de negócios****25.1. Demonstrações de resultados por segmento**

Os segmentos de negócios da SulAmérica são identificados de acordo com a sua estrutura organizacional executiva, dividida em Unidades de Negócios (Business Units - BU), separados pela natureza e especificidade de cada tipo de segmento de seguro e os ativos e passivos informados são as provisões técnicas requeridas pelos órgãos reguladores e seus respectivos ativos garantidores, na forma requerida pela lei.

Essas informações são, principalmente, utilizadas pela Administração, seus principais executivos e acionistas, para avaliarem o desempenho das unidades de negócios, para o gerenciamento de capital, recursos e remuneração de funcionários e executivos.

Em 31/12/2020 e 2019, a SulAmérica tem os resultados apurados por unidades de negócios, conforme está demonstrado a seguir:

Descrição	Gestão e administração de ativos				Total
	Saúde	Pessoas	Outros	Consolidado 2020	
<b>Receitas operacionais</b>	<b>18.521.749</b>	<b>1.389.213</b>	<b>93.602</b>	<b>28.059</b>	<b>20.032.623</b>
<b>Seguros</b>	<b>18.419.707</b>	<b>499.792</b>	<b>-</b>	<b>(3.942)</b>	<b>18.915.557</b>
Prêmios líquidos	18.376.316	497.943	-	(3.969)	18.870.290
Outras receitas operacionais	43.391	1.849	-	27	45.267
<b>Previdência</b>	<b>-</b>	<b>889.421</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>889.421</b>
Prêmios, rendas e taxa de gestão líquidos	-	889.405	-	-	889.405
Outras receitas operacionais	-	16	-	-	16
<b>Capitalização, Planos de saúde administrados e Gestão e administração de ativos</b>	<b>73.139</b>	<b>-</b>	<b>93.602</b>	<b>(11.323)</b>	<b>155.418</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>28.903</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>43.324</b>	<b>72.227</b>
<b>Variações das provisões técnicas de prêmios</b>	<b>(31.273)</b>	<b>(785.559)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(816.832)</b>
Seguros	(31.273)	(34.558)	-	-	(65.831)
Previdência	-	(751.001)	-	-	(751.001)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(16.007.140)</b>	<b>(567.039)</b>	<b>(5.959)</b>	<b>(24.508)</b>	<b>(16.604.646)</b>
<b>Seguros</b>	<b>(15.990.009)</b>	<b>(440.627)</b>	<b>-</b>	<b>(16.465)</b>	<b>(16.447.101)</b>
Sinistros	(14.257.349)	(269.441)	-	(2.446)	(14.529.236)
Custos de comercialização	(1.219.509)	(142.514)	-	464	(1.361.559)
Outras despesas operacionais	(513.151)	(28.672)	-	(14.483)	(556.306)
<b>Previdência</b>	<b>-</b>	<b>(126.412)</b>	<b>-</b>	<b>(4.439)</b>	<b>(130.851)</b>
Despesas com benefícios e resgate	-	(79.017)	-	-	(79.017)
Custos de comercialização	-	(35.737)	-	-	(35.737)
Outras despesas operacionais	-	(11.658)	-	(4.439)	(16.097)
<b>Capitalização, Planos de saúde administrados, Gestão e administração de ativos e outras despesas operacionais</b>	<b>(17.131)</b>	<b>-</b>	<b>(5.959)</b>	<b>(3.604)</b>	<b>(26.694)</b>
<b>Margem bruta operacional</b>	<b>2.483.336</b>	<b>36.615</b>	<b>87.643</b>	<b>3.551</b>	<b>2.611.145</b>
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(1.216.416)</b>	<b>(142.248)</b>	<b>(63.852)</b>	<b>(170.782)</b>	<b>(1.593.298)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>103.623</b>	<b>(19.962)</b>	<b>(483)</b>	<b>40.391</b>	<b>123.569</b>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>(2.162)</b>	<b>-</b>	<b>(6.839)</b>	<b>-</b>	<b>(9.001)</b>
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>2.891</b>	<b>398</b>	<b>28</b>	<b>(33.632)</b>	<b>(30.315)</b>
<b>Resultado antes de impostos e contribuições</b>	<b>1.371.272</b>	<b>(125.197)</b>	<b>16.497</b>	<b>(160.472)</b>	<b>1.102.100</b>
Imposto de renda e contribuição social	(437.389)	39.871	(7.431)	100.093	(304.856)
<b>Lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas</b>	<b>933.883</b>	<b>(85.326)</b>	<b>9.066</b>	<b>(60.379)</b>	<b>797.244</b>

Descrição	Gestão e administração de ativos				Total
	Saúde	Pessoas	Outros	Consolidado 2019	
<b>Receitas operacionais</b>	<b>17.386.345</b>	<b>1.309.943</b>	<b>114.391</b>	<b>29.615</b>	<b>18.840.294</b>
<b>Seguros</b>	<b>17.321.011</b>	<b>515.015</b>	<b>-</b>	<b>(9.148)</b>	<b>17.826.878</b>
Prêmios líquidos	17.307.814	513.702	-	(9.053)	17.812.463
Outras receitas operacionais	13.197	1.313	-	(95)	14.415
<b>Previdência</b>	<b>-</b>	<b>794.928</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>794.928</b>
Prêmios, rendas e taxa de gestão líquidos	-	794.191	-	-	794.191
Outras receitas operacionais	-	737	-	-	737
<b>Capitalização, Planos de saúde administrados e Gestão e administração de ativos</b>	<b>61.675</b>	<b>-</b>	<b>114.391</b>	<b>38.763</b>	<b>214.829</b>
Outras receitas operacionais	<b>3.659</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.659</b>
<b>Variações das provisões técnicas de prêmios</b>	<b>(34.228)</b>	<b>(630.510)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(664.738)</b>
Seguros	(34.228)	38.209	-	-	3.981
Previdência	-	(668.719)	-	-	(668.719)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(15.329.549)</b>	<b>(561.693)</b>	<b>(4.882)</b>	<b>(69.909)</b>	<b>(15.966.033)</b>
<b>Seguros</b>	<b>(15.309.166)</b>	<b>(440.579)</b>	<b>-</b>	<b>(36.691)</b>	<b>(15.786.436)</b>
Sinistros	(13.765.606)	(258.788)	-	291	(14.024.103)
Custos de comercialização	(1.103.415)	(149.865)	-	-	(1.253.280)
Outras despesas operacionais	(440.145)	(31.926)	-	(36.982)	(509.053)
<b>Previdência</b>	<b>-</b>	<b>(121.114)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(121.114)</b>
Despesas com benefícios e resgate	-				

## 26. Receitas operacionais de seguros – Prêmios líquidos

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
<b>Prêmios líquidos</b>		
Prêmios de seguros	19.111.149	17.999.791
Resseguros cedidos	(40.348)	(12.033)
Co-seguros cedidos	118	435
Retrocessão	(73)	–
Contribuição para cobertura de risco (a)	14.021	16.242
<b>Total</b>	<b>19.084.867</b>	<b>18.004.435</b>
<b>Tributos sobre vendas</b>		
PIS	(29.485)	(28.840)
COFINS	(181.390)	(161.216)
ISS	(3.702)	(1.916)
<b>Total</b>	<b>(214.577)</b>	<b>(191.972)</b>
<b>Total</b>	<b>18.870.290</b>	<b>17.812.463</b>

(a) Refere-se a parte de risco dentro dos contratos de previdência privada.

## 27. Receitas operacionais de previdência – Prêmios, rendas e taxas de gestão líquidos

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
<b>Prêmios, rendas e taxa de gestão - líquidos</b>		
Rendas de contribuições	829.119	739.422
Rendas com taxa de gestão	63.203	56.748
<b>Total</b>	<b>892.322</b>	<b>796.170</b>
<b>Tributos sobre as vendas</b>		
PIS	(408)	(277)
COFINS	(2.509)	(1.702)
<b>Total</b>	<b>(2.917)</b>	<b>(1.979)</b>
<b>Total</b>	<b>889.405</b>	<b>794.191</b>

## 28. Variação das provisões técnicas de seguros e previdência

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
<b>Seguros</b>		
Provisão de prêmios não ganhos	(61.941)	(60.665)
Provisões complementares de prêmios e contribuições	–	59.033
Provisão matemática de benefício concedido	567	3.730
Outras	(4.457)	1.883
<b>Total - seguros</b>	<b>(65.831)</b>	<b>3.981</b>
<b>Previdência</b>		
Provisão matemática de benefício a conceder	(767.554)	(674.379)
Provisão para insuficiência de provisão	16.762	3.605
Outras	(209)	2.055
<b>Total - previdência</b>	<b>(751.001)</b>	<b>(668.719)</b>

## 29. Despesas operacionais de seguros

## 29.1. Sinistros

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
Sinistros diretos	(14.014.457)	(14.395.590)
Recuperação de sinistros	50.319	17.391
Variação da provisão de sinistros e eventos ocorridos e não avisados	(804.761)	130.275
Salvados e ressarcimentos	257.596	249.267
Benefícios retidos	(1.992)	(3.604)
Serviço de assistência	(15.941)	(21.842)
<b>Total</b>	<b>(14.529.236)</b>	<b>(14.024.103)</b>

## 29.2. Custos de comercialização

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
Comissões	(1.296.645)	(1.352.091)
Variação dos custos de comercialização diferidos	18.772	174.631
Sobre prêmios cedidos	1.169	485
Outros custos de comercialização	(84.855)	(76.305)
<b>Total</b>	<b>(1.361.559)</b>	<b>(1.253.280)</b>

## 29.3. Outras despesas operacionais

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
Constituição de provisão para ações judiciais e outras operações	(222.808)	(163.259)
Despesas com operações de seguros	(50.183)	(63.540)
Despesa com pró-labore	(98.873)	(115.778)
Serviços técnicos	(6.064)	(3.389)
Redução ao valor recuperável de prêmios, recuperação de indenizações e títulos a receber	(157.276)	(147.069)
Despesas com cobrança	(5.830)	(5.237)
Taxas de administração	(15.272)	(10.781)
<b>Total</b>	<b>(556.306)</b>	<b>(509.053)</b>

## 30. Despesas operacionais de previdência

## 30.1. Despesas com benefícios e resgates

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
Benefícios e resgates	(78.937)	(81.851)
Outros	(80)	–
<b>Total</b>	<b>(79.017)</b>	<b>(81.851)</b>

## 30.2. Custos de comercialização

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
Comissões	(12.354)	(13.138)
Variação dos custos de comercialização diferidos	(23.383)	(22.462)
<b>Total</b>	<b>(35.737)</b>	<b>(35.600)</b>

## 31. Resultado de capitalização

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
<b>Receita operacional</b>		
Receitas com administração de títulos de capitalização	3.861	51.581
Tributos sobre as vendas		
PIS	(26)	(331)
COFINS	(162)	(2.035)
<b>Total</b>	<b>(188)</b>	<b>(2.366)</b>
Outras receitas operacionais	11.166	15.619
<b>Total de receitas</b>	<b>14.839</b>	<b>64.834</b>
<b>Despesa operacional</b>		
Custo de comercialização	(2.485)	(28.859)
Outras despesas operacionais	(1.249)	(4.360)
<b>Total de despesas</b>	<b>(3.734)</b>	<b>(33.219)</b>
<b>Total</b>	<b>11.105</b>	<b>31.615</b>

## 32. Resultado dos planos de saúde administrados

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
<b>Receitas operacionais</b>		
Prestação de serviços	81.962	67.995
Tributos sobre as vendas		
PIS	(1.069)	(662)
COFINS	(6.135)	(4.073)
ISS	(1.609)	(1.586)
<b>Total de receitas</b>	<b>73.149</b>	<b>61.674</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Custo de prestação de serviços	(3.012)	(3.547)
Auditoria médica	(3.831)	(3.155)
Outros	(10.158)	(13.680)
<b>Total de despesas</b>	<b>(17.001)</b>	<b>(20.382)</b>
<b>Total</b>	<b>56.148</b>	<b>41.292</b>

## 33. Gestão e administração de ativos

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
<b>Receitas operacionais</b>		
Taxa de administração	69.057	65.550
Taxa de performance	4.478	30.161
Tributos sobre as vendas		
PIS	(651)	(794)
COFINS	(3.432)	(4.132)
ISS	(2.022)	(2.464)
<b>Total de receitas</b>	<b>67.430</b>	<b>88.321</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Comissão e corretagem	(2.664)	(1.920)
Custódia e controladoria	(3.084)	(2.848)
Outros	(211)	(114)
<b>Total de despesas</b>	<b>(5.959)</b>	<b>(4.882)</b>
<b>Total</b>	<b>61.471</b>	<b>83.439</b>

## 34. Despesas administrativas

Descrição	Companhia	
	2020	2019
Pessoal próprio	(7.022)	(6.423)
Incentivo de ações	(16)	(24)
Serviços de terceiros	(11.702)	(9.780)
Localização e funcionamento	(1.969)	(1.472)
Despesas com tributos	(13.317)	(30.908)
Outras despesas administrativas	(2.382)	(1.691)
<b>Total</b>	<b>(36.408)</b>	<b>(50.298)</b>

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
Pessoal próprio	(694.662)	(653.982)
Incentivo de ações	(10.313)	(10.481)
Serviços de terceiros	(443.201)	(283.311)
Localização e funcionamento	(160.993)	(123.521)
Participações no resultado	(70.968)	(94.613)
Despesas com tributos	(55.606)	(50.279)
Outras despesas administrativas	(157.555)	(139.092)
<b>Total</b>	<b>(1.593.298)</b>	<b>(1.355.279)</b>

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir, não incluindo honorários da diretoria:

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
Remunerações	(351.835)	(361.661)
Encargos sociais	(112.281)	(94.907)
Indenizações e rescisões	(33.614)	(16.820)
Vale alimentação, refeição e transporte	(69.028)	(55.221)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(26.716)	(17.384)
Previdência privada	(7.533)	(7.813)
Outros benefícios	(12.269)	(16.077)
<b>Total</b>	<b>(613.276)</b>	<b>(569.883)</b>

## 35. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro e a abertura entre despesas e receitas financeiras, incluindo a respectiva classificação contábil, estão apresentadas nas tabelas a seguir:

## 35.1. Resultado financeiro por categoria

Descrição	Companhia	
	2020	2019
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>8.191</b>	<b>18.119</b>
Valor justo por meio de resultado	4.593	18.119
Disponível para venda	3.598	–
<b>Juros e correção monetária de empréstimos e financiamentos</b>	<b>(87.602)</b>	<b>(127.821)</b>
Outros	1.022	5.904
<b>Total</b>	<b>(78.389)</b>	<b>(103.798)</b>

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>724.026</b>	<b>1.277.924</b>
Valor justo por meio de resultado	119.034	693.643
Disponível para venda	193.824	406.178
Mantido até o vencimento	411.168	178.103
<b>Juros e correção monetária de empréstimos e financiamentos</b>	<b>(87.602)</b>	<b>(127.821)</b>
<b>Operações de seguros - previdência e VGBL</b>	<b>(508.049)</b>	<b>(673.682)</b>
<b>Operações de seguros - outros</b>	<b>32.098</b>	<b>40.447</b>
<b>Juros e atualização monetária sobre depósitos judiciais, provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais</b>	<b>(57.487)</b>	<b>(52.605)</b>
Juros de mora	(13)	(8)
Outros	20.596	(2.532)
<b>Total</b>	<b>123.569</b>	<b>461.723</b>

## 35.2. Receitas financeiras

Descrição	Companhia	
	2020	2019
Valorização de cotas de fundos de investimentos	11.067	18.613
Títulos de renda fixa - públicos	3.918	–
Juros e atualização monetária sobre depósitos judiciais	1	48
Outras	3.138	7.022
<b>Total</b>	<b>18.124</b>	<b>25.683</b>

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
Valorização de cotas de fundos de investimentos	2.907.789	1.435.406
Títulos de renda fixa - privados	44.514	58.456
Títulos de renda fixa - públicos	317.991	382.158
Títulos de renda variável	610	–
Operações de seguros	69.208	65.483
Juros e atualização monetária sobre depósitos judiciais	65.753	107.131
Outras	45.677	47.813
<b>Total</b>	<b>3.451.542</b>	<b>2.096.447</b>

## 35.3. Despesas financeiras

Descrição	Companhia	
	2020	2019
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(6.793)	(494)
Juros e correção monetária de empréstimos e financiamentos	(87.602)	(127.821)
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(80)	(72)
Outras	(2.038)	(1.094)
<b>Total</b>	<b>(96.513)</b>	<b>(129.481)</b>

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
Operações de seguros	(37.110)	(25.036)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(2.546.634)	(598.095)
Juros e correção monetária de empréstimos e financiamentos	(87.602)	(127.821)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(123.240)	(159.736)
Atualização monetária e juros das provisões técnicas - operações de previdência e VGBL	(508.049)	(673.682)
Juros de mora	(13)	(8)
Outras	(25.325)	(50.346)
<b>Total</b>	<b>(3.327.973)</b>	<b>(1.634.724)</b>

## 36. Resultado patrimonial

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
Resultado Patrimonial (a)	(30.315)	1.331
<b>Total</b>	<b>(30.315)</b>	<b>1.331</b>

(a) A variação na rubrica "Resultado patrimonial" deve-se, principalmente, a reavaliação pela Administração da probabilidade de perda de algumas ações cíveis, oriundas de empresa financeira alienada em 2003, cujo controle acionário pertencia a SULACAP.

## 37. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	Companhia			
	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social</b>	<b>705.390</b>	<b>705.390</b>	<b>1.035.382</b>	<b>1.035.382</b>
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(176.348)	(63.485)	(258.846)	(93.184)
<b>Alíquota nominal</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>
<b>Correntes:</b>				
<b>Adições:</b>				
Juros sobre o capital próprio	–	–	(38.262)	(13.774)
Provisões não dedutíveis	(46)	(17)	(9)	(3)
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(26)	(9)	–	–
Despesas indedutíveis	(178)	(64)	(204)	(74)
Outras adições	(398)	(140)	(8)	1
<b>Subtotal</b>	<b>(648)</b>	<b>(230)</b>	<b>(38.483)</b>	<b>(13.850)</b>
<b>Exclusões:</b>				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	205.047	73.817	297.369	107.053
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	–	–	178	64
Juros sobre o capital próprio	39.595	14.254	–	–
<b>Subtotal</b>	<b>244.642</b>	<b>88.071</b>	<b>297.547</b>	<b>107.117</b>
<b>Prejuízo fiscal e base negativa:</b>				
Constituições	(48.897)	(17.603)	(232)	(84)
<b>Redução de incentivos fiscais</b>	<b>2</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Receitas / Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>18.751</b>	<b>6.753</b>	<b>(14)</b>	<b>(1)</b>
<b>Diferidos:</b>				
Constituição de crédito tributário				

Descrição	Consolidado			
	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social</b>	<b>1.102.100</b>	<b>1.102.100</b>	<b>1.319.284</b>	<b>1.319.284</b>
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(275.525)	(165.315)	(329.821)	(197.893)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	–	9.237	–	22.953
<b>Alíquota nominal</b>	<b>25%</b>	<b>15%</b>	<b>25%</b>	<b>15%</b>
<b>Correntes:</b>				
<b>Adições:</b>				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(30.197)	(17.137)	(9.244)	(5.032)
Atualizações de depósitos judiciais (decisão favorável)	–	–	(17.606)	(10.492)
Despesas indedutíveis	(17.190)	(4.498)	(26.752)	(4.493)
Resultado negativo com equivalência patrimonial	(2.250)	(1.220)	–	–
Provisão para redução ao valor recuperável	(15.770)	(12.285)	(35.111)	(18.005)
Encargos sobre participações nos lucros	–	–	(1.317)	(792)
Outras	(7.219)	(5.717)	–	–
<b>Subtotal</b>	<b>(72.626)</b>	<b>(40.857)</b>	<b>(90.030)</b>	<b>(38.814)</b>
<b>Exclusões:</b>				
Atualizações de depósitos judiciais	4.414	2.558	10.834	6.210
Juros sobre o capital próprio	72.500	26.100	42.500	15.300
Resultado positivo com equivalência patrimonial	–	–	11.367	4.174
Reversão de provisões não dedutíveis	1.075	595	6.131	3.709
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	1.957	1.206	–	–
Outras	–	–	5.308	3.243
<b>Subtotal</b>	<b>79.946</b>	<b>30.459</b>	<b>76.140</b>	<b>32.636</b>
<b>Prejuízo fiscal e base negativa:</b>				
Constituições (b)	(73.102)	(32.290)	(237)	(85)
Compensações (b)	6.834	5.473	7.367	4.428
<b>Subtotal</b>	<b>(66.268)</b>	<b>(26.817)</b>	<b>7.130</b>	<b>4.343</b>
<b>Redução de incentivos fiscais</b>	<b>20.314</b>	<b>–</b>	<b>24.252</b>	<b>–</b>
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(314.159)</b>	<b>(193.293)</b>	<b>(312.329)</b>	<b>(176.775)</b>
<b>Diferidos:</b>				
Constituição / Reversão de crédito tributário sobre prejuízo fiscal / base negativa	65.828	26.657	(6.992)	(4.262)
Constituição de crédito tributário sobre diferenças temporárias	19.763	18.595	48.107	19.587
Reversão de débitos tributários sobre atualizações de depósitos judiciais	48.441	28.612	91.828	56.275
Reversão da redução ao valor recuperável	(5.300)	–	–	–
<b>Receitas com imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>128.732</b>	<b>73.864</b>	<b>132.943</b>	<b>71.600</b>
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(185.427)</b>	<b>(119.429)</b>	<b>(179.386)</b>	<b>(105.175)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>16,82%</b>	<b>10,84%</b>	<b>13,60%</b>	<b>7,97%</b>
<b>Alíquota efetiva combinada</b>	<b>–</b>	<b>27,66%</b>	<b>–</b>	<b>21,57%</b>

(a) Refere-se ao diferencial da alíquota da contribuição social entre empresas financeiras e equiparadas (15%) e subsidiárias não financeiras (9%); e

(b) As constituições são referentes a empresas do grupo que apresentaram prejuízo fiscal no período e as compensações foram feitas pelas empresas que apresentaram lucro fiscal, com base nos limites estabelecidos em lei.

### 38. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no resultado abrangente

Descrição	Companhia			
	2020		2019	
	Ativos financeiros disponíveis para venda		Total	
<b>Base de cálculo</b>	<b>(1.290)</b>		<b>(1.290)</b>	
Imposto de renda	323		323	
Contribuição social	116		116	
<b>Total</b>	<b>439</b>		<b>439</b>	
<b>Líquido</b>	<b>(851)</b>		<b>(851)</b>	

**Conselho de Administração:** Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas - Presidente; Carlos Infante Santos de Castro - Conselheiro; Cátia Yuassa Tokoro - Conselheiro (independente); David Lorne Levy - Conselheiro (independente); Isabelle Rose Marie de Ségur Lamoignon - Conselheiro; Jorge Hilário Gouvêa Vieira - Conselheiro; Pierre Claude Perrenoud - Conselheiro (independente); Renato Russo - Conselheiro (independente); Romeu Cortês Domingues - Conselheiro (independente); Walter Roberto de Oliveira Longo - Conselheiro (independente).

## Relatório das atividades do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

Conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Sul América S.A. ("Companhia") ("Comitê"), e em observância à Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada, os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Anual Resumido referente ao exercício social da Companhia findo em 31 de dezembro de 2020.

### ATIVIDADES DO COMITÊ:

O Comitê realizou 6 (seis) reuniões no exercício de 2020, nas quais os seguintes trabalhos foram desenvolvidos:

- Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para o exercício de 2020;
- Servisionou, por meio de reuniões e relatórios, as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- Servisionou, por meio de reuniões e relatórios, as atividades da área de controles internos da Companhia, bem como discutiu com a administração e os auditores independentes a qualidade e integridade dos controles internos da Companhia, tendo considerado satisfatório o processo de monitoramento de riscos reportado pela área de controles internos;
- Avaliou e monitorou a qualidade e integridade do programa de gestão de riscos corporativos da Companhia, concluindo, após reuniões com a administração e a análise de relatórios, pela adequação da estrutura de gerenciamento de riscos;
- Acompanhou, por meio de reuniões e relatórios, o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, tendo revisado as análises e premissas utilizadas pela administração, e a adequação e transparência das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia;

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da

### Sul América S.A.

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sul América S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### Realização dos créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVFS relativo ao seguro do Sistema Financeiro Habitacional – SFH

Em 31 de dezembro de 2020, a Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Salic"), controlada da Companhia, possuía créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVFS relativo ao seguro do Sistema Financeiro Habitacional – SFH, no montante total de R\$1.735.186 mil, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.12.

A Salic vem realizando, ao longo dos últimos anos, desembolsos significativos relativos a processos judiciais associados à apólice pública do SFH. Os créditos a receber do FCVFS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais, sendo atualizados pela taxa referencial divulgada pelo Banco Central do Brasil. A mensuração da provisão para perdas sobre os referidos créditos está baseada em premissas e metodologia que levam em conta a expectativa de perda com base na experiência de perdas históricas.

A avaliação das premissas e metodologia adotadas pela administração para a mensuração da provisão para perdas sobre os créditos a receber do FCVFS, foi considerada um dos principais assuntos de auditoria, em função da magnitude dos valores envolvidos e de toda a complexidade e julgamento envolvidos na determinação do saldo da referida provisão.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos controles internos chave relacionados à identificação dos créditos a receber do FCVFS, bem como ao processo de mensuração da respectiva provisão para perdas; (ii) o entendimento e avaliação da razoabilidade da metodologia e das premissas utilizadas pela administração na mensuração da provisão para perdas sobre os créditos a receber do FCVFS; (iii) a avaliação e validação, com base em evidências de auditoria, da consistência da aplicação da metodologia utilizada na determinação da referida provisão; (iv) a inspeção, com base em amostragem, dos documentos suporte das transações que originaram os créditos a receber, incluindo a avaliação da integridade e exatidão das bases de dados utilizadas pela administração; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração da provisão para perdas esperadas sobre os créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVFS relativo ao seguro do Sistema Financeiro Habitacional – SFH, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

#### Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 21, em 31 de dezembro de 2020, o saldo das provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguro e de previdência privada complementar firmados pela Companhia era de R\$13.981.574 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional relevante da administração na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, taxa de cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, expectativa de longevidade, entre outros.

A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela administração na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, provisão matemática de benefícios concedidos e ao teste de adequação de passivos.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguro e de previdência privada complementar firmados pela Companhia; (ii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela administração da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (iv) a realização de cálculos independentes sensibilitando algumas das principais premissas utilizadas; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo das provisões técnicas constituídas pela Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as metodologias, premissas e respectivos cálculos efetuados para a determinação das respectivas provisões técnicas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outros assuntos

##### Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 20 de fevereiro de 2020, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

##### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas

Descrição	Companhia	
	2019	Total
<b>Base de cálculo</b>	<b>(458)</b>	<b>(458)</b>
Imposto de renda	115	115
Contribuição social	41	41
<b>Total</b>	<b>156</b>	<b>156</b>
<b>Líquido</b>	<b>(302)</b>	<b>(302)</b>

Descrição	Consolidado	
	2020	Total
<b>Base de cálculo</b>	<b>(104.810)</b>	<b>(104.810)</b>
Imposto de renda	26.153	26.153
Contribuição social	15.614	15.614
Diferença de alíquotas (a)	(802)	(802)
<b>Total</b>	<b>40.965</b>	<b>40.965</b>
<b>Líquido</b>	<b>(63.845)</b>	<b>(63.845)</b>

Descrição	Consolidado	
	2019	Total
<b>Base de cálculo</b>	<b>8.121</b>	<b>(6.859)</b>
Imposto de renda	(2.030)	1.715
Contribuição social	(1.218)	1.029
Diferença de alíquotas (a)	(695)	(16)
<b>Total</b>	<b>(3.943)</b>	<b>2.728</b>
<b>Líquido</b>	<b>4.178</b>	<b>(4.131)</b>

(a) Refere-se ao diferencial da alíquota da contribuição social entre empresas financeiras e equiparadas (20%) e subsidiárias não financeiras (9%).

### 39. Contratos de aluguel

#### Rio de Janeiro

Em 17/09/2018, a SALIC celebrou novo contrato de locação, do imóvel da sede da matriz no Rio de Janeiro, com prazo de 10 anos e início de vigência a partir de 18/04/2019. Para o primeiro ano, o aluguel foi pago em uma única parcela em 18/04/2020. A partir do segundo ano de vigência do contrato, as parcelas serão pagas mensalmente, sempre no dia 5 do mês subsequente. O contrato é atualizado anualmente pelo IGP-M. O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da Companhia e o locador rescindirem unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará no pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato. O montante reconhecido em conformidade com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)), encontra-se detalhado na nota 14.

#### São Paulo

Em 04/07/2013, a CIA. SAÚDE assinou contrato de locação para a nova sede da Sul América em São Paulo. O prazo da locação é de 10 anos, contados a partir de 15/06/2015, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 anos, por 3 ciclos consecutivos. Durante o período de vigência do contrato a CIA. SAÚDE se comprometeu a pagar mensalmente o valor original de R\$1.833, reajustada anualmente, em junho de cada ano, pela variação acumulada do IGP-M. O montante reconhecido em conformidade com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) encontra-se detalhado na nota 14.

### 40. Outras informações - seguros

Em 31/12/2020, a Sul América tinha, como principais coberturas, a cobertura para danos materiais de R\$559.070 (mesmo valor em 2019), cobertura para fenômenos naturais de R\$41.730 (mesmo valor em 2019), cobertura para responsabilidade civil de R\$25.000 (mesmo valor em 2019) e cobertura para perda de aluguel, danos elétricos e quebra de vidros de R\$16.299 (mesmo valor em 2019), totalizando uma cobertura de R\$642.099 (mesmo valor em 2019).

### 41. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento

A Companhia aumentou, com juros sobre o capital próprio, o capital da SALIC no montante de R\$104.304, conforme descrito na nota 15.1.

### 42. Evento subsequente

#### Emissão de Debêntures

Em 13/01/2021, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia aprovou, nesta data, a realização da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em 2 (duas) séries ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente). A Emissão será composta por 700.000 (setecentas mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), perfazendo o valor total da Emissão de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na data de emissão. As Debêntures da primeira série e as Debêntures da segunda série terão vencimento em 1º de fevereiro de 2024 e 1º de fevereiro de 2026, respectivamente. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para reforço e adequação dos níveis de liquidez disponíveis à Companhia, bem como para fins corporativos diversos.

<b>Diretoria:</b> Gabriel Portella Fagundes Filho - Diretor Presidente; Ricardo Bottas Dourado dos Santos - Diretor Vice-Presidente de Controle e Relações com Investidores; Fabiane Reschke - Diretora; Laenio Pereira dos Santos - Diretor.		
<b>Contadora:</b> Flavia Vieira Pereira - CRC RJ-094933/O-3		

Descrição	Companhia	
	2020	Total
<b>Base de cálculo</b>	<b>(1.290)</b>	<b>(1.290)</b>
Imposto de renda	323	323
Contribuição social	116	116
<b>Total</b>	<b>439</b>	<b>439</b>
<b>Líquido</b>	<b>(851)</b>	<b>(851)</b>

f) Monitorou o cumprimento do Código de Conduta Ética da Companhia;

g) Reuniu-se, discutiu com o diretor responsável pela auditoria interna e aprovou o plano de trabalho dessa área para o ano de 2020, tendo acompanhado os resultados dos trabalhos executados durante o ano e tomado conhecimento dos relatórios e recomendações da auditoria interna; e

h) Reuniu-se com a Ernst & Young Auditores Independentes S/S e tomou conhecimento do relatório sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Por fim, o Comitê, no exercício de suas atribuições, procedeu a revisão e análise das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da administração e, opinou, por unanimidade, que tais documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020. Com base nas atividades acima descritas recomendamos a aprovação dos referidos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia para publicação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2021.

Renato Russo Coordenador	Domingos Carelli Netto Membro	Jorge Roberto Manoel Membro
-----------------------------	----------------------------------	--------------------------------

demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.